

**INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES**  
**SECÇÃO DE ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO**



**O APOIO LOGÍSTICO A OPERAÇÕES  
CONJUNTAS E COMBINADAS.  
IMPLICAÇÕES PARA O ACTUAL SISTEMA  
LOGÍSTICO**

**Trabalho realizado por:**  
Maj Inf Sobreira

10Dec99

“A Logística condiciona todas as Campanhas e limita muitas”

Eisenhower

“Amateurs talk tactics; professionals talk Logistics”

Gen Norman Swartzkoff

“Os comandantes do passado pensavam estratégia; os comandantes do futuro pensam logística”

Desconhecido

“Do estrategista espera-se imaginação; do tático rapidez de decisão; ao logístico é requerido a previsão”

Desconhecido

## ÍNDICE

<b>I - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>II - O APOIO LOGÍSTICO A FORÇAS MULTINACIONAIS/COMBINADAS .....</b>	<b>4</b>
<b>1. GENERALIDADES.....</b>	<b>4</b>
<b>2. A ONU.....</b>	<b>4</b>
a. Síntese Histórica.....	4
b. O Apoio Logístico.....	5
<b>3. A OSCE.....</b>	<b>7</b>
<b>4. A UEO .....</b>	<b>8</b>
a. Síntese Histórica.....	8
b. As Forças.....	9
c. O Apoio Logístico.....	11
(1) O caso da EUROFOR .....	11
<b>5. A OTAN .....</b>	<b>12</b>
a. Síntese Histórica.....	12
b. As Forças.....	13
c. O Apoio Logístico.....	14
(1) O caso do ARRC.....	16
(2) As Forças Conjuntas e Combinadas – CJTF .....	17
(a) Breve Resenha Histórica .....	17
(b) O Novo Conceito de Apoio Logístico – MJLC .....	18
<b>6. SÍNTESE CONCLUSIVA.....</b>	<b>22</b>
<b>III – O ACTUAL SISTEMA LOGÍSTICO EM APOIO A FORÇAS EMPENHADAS NO EXTERIOR DO TERRITÓRIO NACIONAL .....</b>	<b>25</b>
<b>1. A MARINHA .....</b>	<b>25</b>
<b>2. O EXÉRCITO .....</b>	<b>26</b>
<b>3. A FORÇA AÉREA.....</b>	<b>27</b>
<b>IV – ENSINAMENTOS RECOLHIDOS DAS FORÇAS MULTINACIONAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>V – O EMPREGO CONJUNTO DAS FORÇAS NACIONAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>1. AS OPERAÇÕES CONJUNTAS .....</b>	<b>31</b>
<b>2. AS FORÇAS NACIONAIS CONJUNTAS E AS NOVAS MISSÕES .....</b>	<b>32</b>
<b>3. ANÁLISE DO APOIO LOGÍSTICO.....</b>	<b>34</b>
<b>VI – CONCLUSÕES.....</b>	<b>36</b>

## **I - INTRODUÇÃO**

O desaparecimento da ameaça previsível e directa de conflito generalizado na Europa, deu origem a novos conceitos de defesa militar. A prioridade passou a ser a criação de sistemas de segurança colectivos, com capacidade de actuação longe dos espaços de soberania, como forma de preservar a defesa dos interesses dos Estados.

O emprego de Forças de Reacção, projectando poder com meios aéreos, navais e forças terrestres, nas áreas de conflito, mandatadas internacionalmente para garantir e manter a paz, tem sido a solução adoptada com maior frequência.

No entanto, este tipo de actuação conjunta e combinada, aliada às mudanças ao nível da tecnologia e armamentos, tem levantado novos desafios ao planeamento e conduta das operações militares, implicando mudanças na organização e doutrina das Forças Armadas.

Os Estados que pretendam integrar estas Forças Multinacionais, dotadas de grande flexibilidade e mobilidade, exigindo, simultaneamente, elevados níveis de sustentação, têm que adequar os seus Sistemas Logísticos aos novos padrões – comando e controlo multinacional, flexibilidade na constituição de forças, actuação em ambiente conjunto e combinado, rapidez de intervenção e emprego a longas distâncias.

Quais as implicações, para o actual sistema logístico, da nossa participação em operações conjuntas e em operações combinadas? Esta é uma temática que se reveste de evidente oportunidade, e a participação recente e actual das nossas Forças Armadas em operações, quer combinadas quer conjuntas, poderá servir-nos de guia.

O presente trabalho, que tem por finalidade dar uma contribuição para a resposta a esta questão, vai ser articulado da seguinte forma:

- Identificar os conceitos de emprego das forças multinacionais nas Organizações Internacionais e os respectivos requisitos necessários ao seu apoio logístico.
- Descrever a forma como os ramos apoiam as suas forças neste contexto.
- Caracterizar que tipo de forças o apoio logístico terá de sustentar no futuro em operações conjuntas e combinadas.

- Apresentar a forma como tem vindo a ser executado o apoio logístico em operações realizadas por forças conjuntas e comparar o modelo logístico da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), com o modelo utilizado.
- Extrair, de seguida, os ensinamentos logísticos e consequentes implicações para o actual sistema.
- Concluir, apresentando um conjunto de propostas julgadas convenientes, para se obter uma melhor adequação do sistema logístico em futuras participações Portuguesas, em operações conjuntas e combinadas.

Quanto ao desenvolvimento do presente trabalho gostaríamos, ainda, de mencionar quatro aspectos.

- 1º. Por despacho do General Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) n.º14/98, foi criado um grupo de trabalho nacional, inter-ramos, coordenado pela Direcção de Recursos (DIREC) do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) para acompanhar o desenvolvimento da Doutrina Logística Conjunta, na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), mas que até ao momento não teve possibilidade de produzir qualquer tipo de doutrina nacional neste âmbito.
- 2º. O facto do sistema logístico dos outros Ramos das Forças Armadas se revestir de menor complexidade, aliado à circunstância de o autor pertencer ao Ramo Terrestre, levou a que fosse dada menor relevância, às questões que se prendem com a Marinha e a Força Aérea.
- 3º. De salientar que, em termos concretos, a responsabilidade dos Ramos (nº2 e 4 do Artº8 da Lei n.º. 111/91 de 29 de Agosto – Lei Orgânica de Bases das da Organização das Forças Armadas - LOBOFA), implica a preparação e o aprontamento<sup>1</sup> das forças, bem como do seu apoio administrativo-logístico em continuidade, ou seja, a sustentação. Dado que tanto a preparação como o aprontamento das unidades não

---

<sup>1</sup> A preparação visa assegurar a prontidão da unidade para cumprir o leque de tarefas para que foi organicamente concebida, o aprontamento duma força visa torná-la capaz de cumprir uma missão concreta, num determinado contexto operacional, sujeita a requisitos e condicionamentos específicos.

apresentam aspectos novos, na área da logística, iremos apenas analisar as acções relativas à sustentação, embora existam áreas onde um e outro se cruzam e que, naturalmente, referiremos.

- 4º. Por último, referir que demos especial atenção à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), não só pela experiência que têm do ambiente combinado, dadas as inúmeras missões que têm efectuado (não se prevendo que diminuam a sua acção nesta área), mas também, por ter sido sob o seu patrocínio, que as nossas Forças Armadas têm realizado as suas operações neste contexto.

## II - O APOIO LOGÍSTICO A FORÇAS MULTINACIONAIS/COMBINADAS

### 1. GENERALIDADES

Alianças ou coligações sempre existiram. A História Militar regista inúmeros exemplos em que duas ou mais Nações se juntaram para alcançarem um objectivo comum. A II Guerra Mundial, por exemplo (porque estamos a tratar de um tema logístico) representou um enorme esforço de sustentação logística, desenvolvido pelos dois Blocos Opositores, devido aos números de pessoal e material envolvidos, bem como do nível tecnológico alcançado pelos sistemas de armas.

De modo que, o emprego de forças aliadas, não traz qualquer novidade. O elemento novo que se regista nos nossos dias, é relativo à atenção dedicada às forças multinacionais<sup>2</sup> resultante, principalmente, das alterações político-estratégicas ocorridas com o final da Guerra Fria.

Com a queda do muro de Berlim, em Novembro de 1989, emergiram os conflitos étnicos, culturais e religiosos por todo o Mundo, resultado de sentimentos, frustrações e ambições há muito contidas pelo sistema bipolar.

Neste contexto internacional, a segurança adquiriu novas vertentes, desde a defesa dos direitos humanos e da preservação do ambiente, até ao restabelecimento da paz nas regiões do globo afectadas por esses conflitos. Surgiu, então, a necessidade de aprofundar a cooperação entre os Estados e as Organizações Internacionais, com a finalidade de implementar e desenvolver um sistema de segurança mais abrangente, coeso e colectivo como resposta a esta “nova ordem”.

### 2. A ONU

#### a. **Síntese Histórica**

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada para libertar o mundo do flagelo da guerra e promover a cooperação para a resolução dos complexos problemas da comunidade internacional. Durante a Guerra Fria, viu a sua acção ser restringida pelos dois blocos, tornando-a ausente na resolução dos

---

<sup>2</sup> Segundo o Gen Martins Barrento, no seu artigo “Alguns Comentários sobre Forças Multinacionais”, publicado na revista do IDN, Nação e Defesa nº68 – Outubro- Dezembro de 1993, são forças de vários países, que sob um comando único, concorrem para o cumprimento de uma determinada missão. O que parece ser mais exigente que forças combinadas, pois, segundo o regulamento RC-130-1, é uma força estruturada para um período mais ou menos longo com elementos das forças armadas de duas ou mais nações aliadas, não necessitando de comando único.

problemas mundiais, mas, actualmente, parece ter retomado a sua missão de manutenção da paz e segurança internacionais em cooperação com as Organizações Regionais.

Em 1992, o Secretário-Geral, Boutros-Ghali, elaborou a “Agenda para a Paz”, documento que se tornou impulsionador, quer nos Estados Membros quer nas Organizações Regionais, da participação em operações de apoio à paz.

Dos três tipos de missões desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito das operações de apoio à paz – Missões de Observadores, Missões Especiais e Missões Militares – são, naturalmente, as Militares que exigem maior coordenação e sustentação logística, particularmente, quando efectuadas por Forças Multinacionais.

#### **b. O Apoio Logístico**

As Forças de apoio à paz são concebidas para cumprir determinadas missões específicas, conforme as necessidades e as circunstâncias. Logo, o sistema de apoio logístico é pensado consoante a natureza e o tipo da operação, as organizações envolvidas, as forças empenhadas e a Área de Operações (AOp) onde a missão vai decorrer. Necessariamente, o volume desse apoio varia conforme o escalão, o tipo e a natureza das unidades militares envolvidas.

O carácter multinacional destas missões implica que, entre outros aspectos, seja equacionada a interoperabilidade dos meios materiais, bem como as diferentes doutrinas e procedimentos dos estados membros.

A projecção de unidades para a área de operações é executada de uma forma faseada, pelo que a implementação dos sistemas de apoio logístico é, também, desenvolvida por fases:

- 1ª fase - Prestação do apoio mínimo necessário à autonomia e sobrevivência da força;
- 2ª fase - Instalação de bases logísticas e estabelecimento de normas e procedimentos para o apoio;
- 3ª fase - Funcionamento em pleno do sistema, onde se verifica a normalização e a consolidação dos procedimentos, dos fluxos e da estrutura.



Tomada a decisão pelo Conselho de Segurança, mediante recomendação do Secretário Geral, de levar a cabo uma operação, o Department of Peacekeeping Operation (DPKO) inicia o seu planeamento. Neste planeamento, a Field Administration and Logistic Division (FALD), executará uma proposta de orçamento que é apresentada à Assembleia Geral e que, após aprovação, servirá de base ao desenvolvimento do sistema de apoio logístico

No início da operação, uma equipa técnica da Organização das Nações Unidas (ONU), efectua um reconhecimento à área de operações, com vista a propor, não só o conceito da operação mas, também, a necessidade de tropas e o apoio logístico.

Seguidamente, a Field Administration and Logistic Division (FALD), elabora as Guidelines que, entre outras instruções e orientações, contém os programas de reabastecimento, os níveis de abastecimentos e tipos de equipamentos, com vista ao aprontamento da força. Nesta fase, são elaborados acordos - Letter of Assist (LOA)<sup>3</sup> - e é planeado o transporte dos contingentes. Poderão, também, ser estabelecidos Memorands of Agreement (MOA)<sup>4</sup> entre duas ou mais nações, com a finalidade de definir os procedimentos inerentes ao apoio a prestar por uma Nação a forças de outra.

Não se encontra definida uma estrutura administrativo-logística padronizada para todas as operações mas, normalmente, o sistema logístico é constituído por uma componente civil e outra militar.

A componente civil é chefiada pelo Oficial Administrativo da Força/Missão (Chief Administrative Officer – CAO), que não está na dependência do comandante da força, mas do Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas e é responsável por todo o sistema administrativo-logístico.

A componente militar é chefiada pelo Oficial de Logística (Chief Logistics Officer – CLO), que é o responsável pelo planeamento, direcção e implementação do apoio logístico, nomeadamente, pela organização e funcionamento das Bases Logísticas instaladas em locais disponibilizados pela nação hospedeira (normalmente Portos e Aeroportos).

Este apoio é articulado consoante a situação e encontra-se desenvolvido no Anexo - A

---

<sup>3</sup> Documento contratual entre a ONU e o Governo do estado Membro contribuinte em que a Organização Mundial se compromete a pagar os bens e serviços fornecidos pelas nações

<sup>4</sup> “contracts between national authorities, or between NATO commanders and national authorities” (NATO Logistics Handbook)

A força apresenta-se na área de operações com uma estrutura logística nacional julgada conveniente e com uma autonomia que dependerá das possibilidades de apoio a prestar por outras forças, bem como de níveis de auto-sustentação para um determinado período, que variam conforme as classes de abastecimentos.

As estruturas logísticas nacionais do estado membro, devem garantir permanente ligação às Forças Nacionais Destacadas, porquanto a responsabilidade do apoio cabe, em última instância à Nação que forneceu a Força.

Embora permaneça a responsabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU) pela prestação do apoio logístico, a experiência tem vindo a demonstrar que a nação a que pertence a força destacada continua a desempenhar, de acordo com as circunstâncias, uma importante missão, no que concerne à sua sustentação.

Em virtude de se poderem conjugar vários factores susceptíveis de dificultar o apoio logístico<sup>5</sup>, a força deve constituir níveis de abastecimentos orgânicos/de apoio adequados, de modo a conseguir uma considerável autonomia, visando a manutenção da operacionalidade e a sobrevivência

Independentemente do processo logístico adoptado no apoio à Força Destacada, mantém-se sempre, em maior ou menor grau, a dependência relativamente à Nação Contribuinte, particularmente no que respeita ao reabastecimento de materiais orgânicos, sobressalentes e abastecimentos específicos (por exemplo: o bacalhau, os cigarros ,etc).

### **3. A OSCE**

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), nasceu em 1975, com a designação de Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), na sequência do Acto Final de Helsínquia, com o objectivo primário de constituir um mecanismo que permitisse o diálogo, mantendo assim um clima de confiança mútua entre os Estados na Europa. De cariz essencialmente político e diplomático, tem vindo a desenvolver acções no âmbito do controlo de armamentos e na implementação de

---

<sup>5</sup> O isolamento da área de operações; a actuação no exterior do território nacional; a prestação do apoio por parte de unidades de países diversificados; as dificuldades na obtenção de recursos locais e a possível morosidade nas operações de transporte.

medidas de confiança e segurança, com destaque para os acordos sobre a redução de Forças Convencionais na Europa (CFE).

Embora as estruturas organizacionais fossem criadas em Novembro de 1990 na Cimeira de Paris – Carta de Paris para uma Nova Europa – só em Julho de 1992 a Organização preconiza a possibilidade de levar a efeito acções de manutenção de paz, em conformidade com os objectivos e princípios da Carta das Nações Unidas. Dois anos mais tarde, em Budapeste, foram tomadas decisões importantes (a alteração da designação CSCE para OSCE), entre elas o desenvolvimento das capacidades da Organização para participar na prevenção de conflitos, gestão de crises e operações de apoio à paz.

A Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia Ocidental (UEO) declararam a sua disponibilidade para ceder as suas forças para acções de apoio à paz, sob a égide das “ Nações Unidas da Europa”, mas parece evidente que as missões típicas desta Organização são as de “Observação” e “Monitorização” em áreas de particular sensibilidade para a Rússia.

Admite-se que, a curto e médio prazo, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) permanecerá um fórum de cooperação de debate e de aprofundamento das ligações entre os Estados Europeus, os Estados Unidos da América e o Canadá e manterá a sua vocação para operar no quadro da prevenção de conflitos, da diplomacia preventiva, controlo de armamentos e de assistência e coordenação de processos eleitorais.

Podemos, então, considerar que o emprego de Forças Armadas e o seu apoio logístico, no quadro da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), será pouco provável mas, a acontecer, desenvolver-se-á com as normas já referidas para a Organização das Nações Unidas (ONU).

#### **4. A UEO**

##### **a. Síntese Histórica**

Criada pelo Tratado de Bruxelas de 1948, visando prevenir o ressurgimento de ameaças militares na Europa, o papel da União Europeia Ocidental (UEO) foi praticamente absorvido pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), constituída no ano seguinte. É na década de 80 que, de alguma forma, renasce, assumindo a tarefa de reforçar a identidade própria da defesa europeia e, simultaneamente, afirmar a sua intenção de contribuir para o reforço do pilar europeu da OTAN.

Em consequência do Tratado de Maastricht, que prevê uma “Política Externa e de Segurança Comum” (PESC) e o desenvolvimento de uma “Identidade Europeia de Segurança e Defesa” (IESD) bem como das missões de Petersberg<sup>6</sup>, a União Europeia Ocidental (UEO) tem assumido um crescente protagonismo nas áreas da segurança e da cooperação.

Nos últimos anos, o estreitamento das relações entre a OTAN e a UEO é uma realidade, de que é exemplo o conceito Combined Joint Task Force (CJTF), que mais à frente desenvolveremos. Na sua reunião de 1996 em Berlim, a OTAN reiterou este relacionamento, estabelecendo a possibilidade da UEO utilizar as suas forças no cumprimento das missões de apoio à paz e de acordo com o conceito de “forças separadas mas não separáveis”<sup>7</sup>.

Sem as estruturas, forças e experiência da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), a União Europeia Ocidental (UEO) vem procurando definir objectivos e princípios operacionais e administrativo-logísticos que possam reger a actuação das “Forças que lhe são Cometidas” bem como das que, eventualmente, lhe possam ser atribuídas em conformidade com os acordos a estabelecer com a OTAN.

#### **b. As Forças**

Para além de forças que, caso a caso, os países pretendam disponibilizar para a UEO, esta possui duas Grandes Unidades (GU) terrestres vocacionadas para a Europa Central e o Mediterrâneo: o European Corps (EUROCORPS), constituído inicialmente por forças Alemãs e Francesas e que, recentemente, integrou forças Espanholas, Belgas e Luxemburguesas e a European Rapid Operational Force (EUROFOR) (de escalão divisionário), constituída por forças Portuguesas, Espanholas, Francesas e Italianas. Conjuntamente com a European Maritime Force (EUROMARFOR) (Grande Unidade Aéronaval) podemos dizer que estas são as “Forças Cometidas à UEO”.

---

<sup>6</sup> Para além da eventual contribuição para a defesa comum, incluem tarefas:

- Humanitárias e de salvamento
- Gestão de crises
- Manutenção de paz e restabelecimento da paz

<sup>7</sup> Este conceito significa que a força se desliga em termos de controlo operacional da estrutura militar integrada da OTAN, mantendo-se, no entanto, o comando e o planeamento centralizados num Major NATO Commander ou Major Subordinate Commander

As forças do European Corps (EUROCORPS) poderão ser utilizadas pela OTAN no Teatro de Operações (TO) da Europa Central, de acordo com um protocolo estabelecido com o Supreme Allied Commander Europe (SACEUR)<sup>8</sup> ou sob comando da UEO no âmbito das missões de Petersberg.

Em 1995, com a criação da European Rapid Operational Force (EUROFOR), pretendeu-se uma força Multinacional de elevado grau de prontidão, capaz de cumprir qualquer tipo de missão de apoio à paz, desde as de carácter humanitário, até às de imposição da paz.

A UEO estabeleceu o conceito "Ad Hoc" de estruturação da Força Multinacional (e respectivo Quartel General) para o cumprimento de uma determinada missão de natureza temporária e específica, no âmbito das operações apoio à paz. Relativamente a este conceito salienta-se:

- A necessidade da contribuição de todos os Estados Membros para o aprontamento e sustentação da Força, através de forças militares ou apoios logísticos e financeiros;
- O estabelecimento do escalão divisionário como o nível máximo de emprego, integrando até quatro Brigadas e elementos de comando, controlo, comunicações, apoio de combate e de serviços, totalizando um efectivo de cerca de 15.000 homens;
- As "forças modulares", devem responder aos requisitos básicos de interoperabilidade e intermutabilidade de equipamentos e abastecimentos comuns;
- A necessidade da Força Multinacional dispor de elevado grau de mobilidade e flexibilidade;
- A capacidade de sustentação logística;
- O sistema de comando, controlo e comunicações.

“Não dispondo de forças permanentes, os planos a incrementar deverão basear-se em cenários precisos e na análise e possibilidades das “Forças Cometidas” ou dos meios susceptíveis de serem disponibilizados pela Aliança.”<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Para empregar as forças Francesas é necessário um prévio consentimento das autoridades competentes

<sup>9</sup> Jorge Silvério (Coronel), A Participação do Exército em Forças Multinacionais e o Aperfeiçoamento do Sistema Logístico, pg. 12.

**c. O Apoio Logístico**

O apoio logístico às forças da União Europeia Ocidental (UEO), segue os princípios gerais acolhidos pela Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). Mas o conceito "Ad Hoc" traduz vários problemas logísticos:

- Diversidade de equipamentos utilizados, com as consequentes implicações nos aspectos da interoperabilidade dos meios;
- Ausência de estruturas logísticas permanentes, o que obriga à partilha de encargos entre os estados membros;
- Inexperiência no processamento das actividades logísticas;
- Necessidade de acentuadas reservas de abastecimentos;
- Necessidade de elevada capacidade de transporte, face à necessidade de mobilidade estratégica.

Na tentativa de resolver estes problemas ou minimiza-los a “Célula de Planeamento” da UEO procura uma doutrina logística que contemple, para além dos princípios e responsabilidades, as características das forças a empregar - flexibilidade, mobilidade e auto-sustentação. Por outro lado, através do Western European Armaments Group (WEAG), tem feito um esforço nas áreas da interoperabilidade, estabelecendo acordos com grupos OTAN do âmbito da normalização de equipamentos e procedimentos logísticos. (Anexo – B)

**(1) O caso da EUROFOR**

O conceito de apoio logístico da European Rapid Operational Force (EUROFOR) assume, em primeiro lugar, o conceito do carácter multinacional das forças, por forma a tentar harmonizá-lo com as logísticas nacionais. Assim, torna-se necessário definir as responsabilidades das nações contribuintes e da EUROFOR, bem como da estrutura do sistema de apoio logístico e a sua interligação com o sistema de comando.

Desde logo, há que considerar no planeamento: tipo e a duração de missão; o tipo e o volume de forças (1000, 3000 ou 10000 homens); a organização patrocinadora (UEO, OTAN, ONU, OSCE), bem como os

conceitos logísticos desta e de cada estado membro; o Teatro de Operações e as possibilidades em recursos.

As nações mantêm a responsabilidade do apoio logístico, devendo proporcionar as unidades e os meios necessários. Podem optar pelo conceito de Lead Nation<sup>10</sup> ou Role Specialist Nation<sup>11</sup>, assim como realizar acordos com a nação hospedeira.

A estrutura idealizada incorporará, tanto o apoio procedente de cada nação, incluindo os seus próprios comandos e escalões logísticos, como o próprio apoio à área de operações, através do apoio multinacional e dos órgãos logísticos próprios das unidades.

O caso mais complexo poderá incluir (Anexo – C):

- Os meios logísticos em território nacional;
- Uma Base Logística de Teatro com elementos de apoio nacionais;
- Um Agrupamento Logístico Multinacional, sobre o comando da European Rapid Operational Force (EUROFOR);
- Os órgãos logísticos das unidades operacionais.

Para se afirmar como o pilar de segurança europeu, a UEO tem também, que conseguir implementar uma logística que garanta níveis credíveis de interoperabilidade, mobilidade e sustentação das forças.

## **5. A OTAN**

### **a. Síntese Histórica**

O Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington em 1949, foi estabelecido no respeito da Carta das Nações Unidas, para salvaguardar a liberdade, promover a estabilidade e o bem estar e garantir, através da defesa colectiva, a paz e a segurança na área do Atlântico Norte.

Voltada prioritariamente para a contenção do Bloco Leste, função que desempenhou com notável sucesso, teve igualmente um papel relevante na própria estabilização da Europa. “O crédito promovido pela OTAN foi o esteio de outro processo histórico - o projecto da integração europeia. Actualmente,

---

<sup>10</sup> “One nation, based on capabilities, agrees to assume the responsibility for procuring and providing a broad spectrum logistic support for all or a part of the multinational force and/or Headquarters.” (MC 319/1)

<sup>11</sup> “One nation assumes the responsibility for procuring a particular class of supply or services for all or a part of the multinational force.” (MC 319/1)

apenas 50 anos depois da II GM, estão a desaparecer as fronteiras no interior da Europa. Os cidadãos elegem os membros dum Parlamento Europeu. E, no corrente ano, estamos a assistir ao nascimento do “euro” – a moeda única europeia.”<sup>12</sup>

Desde 1991, com a “ Declaração de Roma sobre a Paz e a Cooperação” e a revisão do Conceito Estratégico, a Aliança deu passos significativos no sentido de se adaptar e se reestruturar de acordo com o novo ambiente estratégico. Vista, desde sempre, como uma Organização Militar de Defesa, limitada à sua área geográfica de responsabilidade, cedo a OTAN se apercebeu que a sua grande capacidade militar poderia ser empregue para além desses limites territoriais que a si mesmo havia imposto. Surge, então, o estreitamento de laços com a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo a OTAN desenvolvido capacidades e doutrina para participar em operações de apoio à paz sob a égide destas Organizações.

Para além disso, apoia o desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) como meio de fortalecer o “pilare europeu” da OTAN, reforçando a sua aproximação à União Europeia Ocidental (UEO )e União Europeia (UE). Existem, actualmente, condições para que as forças e os meios colectivos da Aliança possam ser atribuídos à UEO, para actuarem na sua dependência - As “Forças Tarefa Conjuntas e Combinadas” (Combined Joint Task Force - CJTF).

#### **b. As Forças**

Face ao novo ambiente estratégico, a Aliança visa a formação de Forças Multinacionais dotadas de elevada capacidade de comando e controlo, mobilidade e sustentação logística que possibilitem uma resposta adequada e eficaz na resolução dos conflitos.

Não sendo, mais, necessário um muro contínuo para estabelecer uma defesa contra uma ofensiva generalizada, as Forças de Defesa Principal foram reduzidas e a sua prontidão diminuída. Todavia, foram constituídas Forças de Reacção<sup>13</sup> e Forças de Aumento. As primeiras, ligeiras, flexíveis, versáteis, de alta mobilidade e elevados níveis de prontidão, possibilitando uma rápida resposta na resolução de crises. As

---

<sup>12</sup> Palavras do Secretário Geral da OTAN, Javier SOLANA, na introdução da revista Noticias da OTAN- comemoração do 50º aniversário, pg. 3

<sup>13</sup> A sua componente terrestre é constituída pela Immediate Reaction Forces (IRF), de escalão brigada e pela Força de Reacção Rápida (ACE Rapid Reaction Corps – ARRC), de escalão Corpo de Exército.



segundas, proporcionando uma capacidade adicional de reforço a qualquer região, mas podendo também ser empregues em situações de crise ou na condução de operações de defesa.

O Corpo de Reacção Rápida do Comando Aliado Europeu (ARRC), considerado operacional em 1995, é, entre as estruturas da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), a mais vocacionada para o desempenho de operações de apoio à paz, desde as de menor exigência até às de imposição de paz.

Actuando ao nível Corpo de Exército (CE) e integrando até quatro Divisões, das dez que lhe estão atribuídas<sup>14</sup>, o ARRC enfrenta grandes desafios no âmbito da logística que advêm, principalmente, das dificuldades de interoperabilidade dos seus equipamentos multinacionais e do processamento dos sistemas de informação logística.

Porém, o que mais se salienta na constituição e operações das Forças da OTAN é, sem dúvida, a possibilidade de poderem vir a ser empregues no âmbito da ONU, da OSCE ou da UEO, actuando, não apenas com forças dos países aliados mas, também, dos Parceiros para a Paz<sup>15</sup>, ou de outros que se juntem ao esforço colectivo.

### **c. O Apoio Logístico**

A política acordada pela OTAN,<sup>16</sup> em 1952, foi a de que a responsabilidade do apoio logístico às forças nacionais competia às autoridades responsáveis das nações em causa, mas a responsabilidade de coordenação competia ao Comandante Supremo e aos seus Major Subordinate Commanders (MSCs).

Com a implementação do Novo Conceito Estratégico da Aliança (1991), os conceitos logísticos foram sendo revistos e evoluindo, tendo o MC-319 introduzido a alteração, de que as Nações e as autoridades da OTAN têm responsabilidade colectiva quanto ao apoio logístico das operações multinacionais e as Nações têm de assegurar, individualmente ou por arranjos de cooperação, o fornecimento de recursos logísticos para apoiar as suas forças atribuídas à OTAN.

---

<sup>14</sup> Divisões Nacionais, Divisões Multinacionais (a do Centro e a do Sul) e Divisões de Enquadramento

<sup>15</sup> O conceito de Parceria para a Paz (PfP), apareceu na Cimeira de Bruxelas, em 1994, no âmbito da adaptação e renovação da Aliança, com a finalidade de incrementar as relações com os países da Europa Central e de Leste.

<sup>16</sup> Reunião da Conferência dos Senior NATO Logisticians (SNLC), em 9 de Abril de 1952, onde apresentaram um relatório sobre "a política e princípios logísticos à luz do novo conceito estratégico da Aliança e da estrutura de forças da NATO"

O apoio logístico a forças da Aliança é efectuado segundo uma das seguintes formas, ou através da sua combinação:

- A cargo de cada nação
- Através da combinação entre o apoio prestado pela nação hospedeira – Host Nation Support (HNS)<sup>17</sup> - (estabelecimento de acordos bilaterais) e o apoio de cada nação
- Através da cooperação multinacional sob a coordenação da Aliança
- Através do conceito de Lead Nation (LN)
- Através do conceito de Role Specialist Nation (RSN)

O apoio logístico deve resultar do equilíbrio entre o aprovisionamento e localização, em tempo de paz, de meios logísticos e dos consumíveis de guerra e as capacidades de reabastecimento e reforços, para garantir um apoio contínuo e atempado às forças.

O Comandante OTAN define os requisitos logísticos e coordena o respectivo apoio dentro da sua área e ao nível apropriado, tem autoridade para redistribuir meios logísticos específicos, fornecidos pelas nações, para apoio de forças sob o seu comando. Tem, ainda, autoridade para estabelecer requisitos quanto ao apoio da nação hospedeira, participar em negociações e concluir acordos em nome das nações e pode exigir relatórios e inspeccionar, em tempo de paz, crise ou guerra, os meios logísticos designados para o apoio de forças sob o seu comando.

A cooperação entre os sectores civil e militar e entre as nações deve ser de modo a otimizar a utilização dos recursos e a evitar a duplicação de funções logísticas comuns. Quando possível e exequível, a utilização simultânea de recursos civis e militares deverá ser activamente explorada. Para que tal aconteça, deverão ser incorporados requisitos militares de defesa no desenho e construção dos meios civis e o desenho dos equipamentos e sistemas militares, deverão ter em conta os componentes e standard civis.

O resultado será uma perfeita integração entre os sectores civil e militar, fornecendo a complementaridade necessária a ambos, permitindo um sistema logístico polivalente.

“As Linhas de Comunicações e os Comandos associados, são uma mistura complexa de meios civis e militares conjuntos e combinados. Tal propicia os meios de transferência de capacidade de e para o Teatro

---

<sup>17</sup> “Civil and military assistance rendered in peace and war by a host nation to allied forces and NATO organisations which are located or in transition through the host nation’s territory.” (AAP-6)

de Operações (TO). Nele, a prática civil adapta-se à prática militar e a sua capacidade e velocidade de adaptação irão determinar a “ performance “ de todo o sistema logístico. Tecnologia de informação dedicada e complexa irá tornar-se necessária por forma a garantir a eficiência do sistema, donde a integração da componente civil no sistema Comando, Controlo e Comunicações (C3) resulta fundamental.”<sup>18</sup>

A estrutura de Comando e Controlo (C2) do apoio logístico a uma força multinacional sob o comando da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) pode ser representado pela figura 1 no Anexo – D, que não sendo representativo de qualquer situação particular, mostra as várias opções básicas num Teatro de Operações. De salientar que o diagrama não implica, automaticamente, linearidade na localização geográfica dos meios no mesmo.

A base para todo o sistema de apoio logístico é formada pelas instalações logísticas e reservas de material situadas no interior de todos os países membros da OTAN.

No TO, o sistema de apoio logístico militar divide-se em (Anexo – D):

- Área de Apoio de Retaguarda (Rear Support Area - RSA )<sup>19</sup>
- Área de Apoio Avançado (Forward Support Area – FSA)<sup>20</sup>

### **(1) O caso do ARRC**

O Allied Command Europe (ACE) Rapid Reaction Corps (ARRC) é uma formação capaz de enquadrar e destacar até quatro Divisões, sob Comando Operacional, de um Comando OTAN ou de uma Combined Joint Task Force (CJTF), com respectivo apoio de combate e apoio de serviços, em apoio do Supreme Allied Commander Europe (SACEUR), normalmente num Teatro de Operações (TO), no âmbito OTAN.

---

<sup>18</sup> Rui Oliveira (Major), As Doutrinas Logísticas da NATO e da UEO, Consequências para Portugal, pg. 4.

<sup>19</sup> Zona onde é prestado a maior parte do apoio logístico de nível operacional. É aqui que se localizam os elementos de apoio logístico das várias Nações. Estas instalações frequentemente denominadas de “ Base Logística “, podem assumir uma forma de base exclusivamente nacional ( National Support Element – NSE) ou de base multinacional ( Multi-National Support Element – MNSE ).

<sup>20</sup> Local onde a logística táctica tem lugar. A organização logística na FSA pode diferir profundamente entre as Nações participantes numa operação NATO. Contudo, a cooperação logística a este nível não é incomum. Conceitos para este tipo de operação estão a ser desenvolvidos dentro da estrutura Bi e Multinacional do Escalão Corpo de Exércitos Divisão.

Com base no MC-319 e noutros documentos de apoio logístico aliado, o ARRC desenvolveu o seu próprio conceito de apoio.

A sua área de apoio é definida como uma “área de influência logística”, em que o apoio nacional é convertido no apoio logístico apropriado para satisfazer os requisitos operacionais do ARRC. Nesta área ,instala-se o Comando Aliado (Comando OTAN ou de uma CJTF) e o Comando de Apoio de Retaguarda – RSC. (figura 1 do Anexo – E)

O Pessoal, Equipamentos e Abastecimentos são desembarcados no Teatro de Operações nos Port Of Disembarkation (POD) – que podem ser Sea Port Of Debarkation (SPOD), Air Port Of Debarkation (APOD) ou Rail Port Of Disembarkation (RPOD). Daí seguem para as Stanging Areas (Áreas de Estacionamento), posteriormente para as Concentration Areas (Áreas de Concentração) e finalmente para as Tactical Assembly Areas ( Zonas de Reunião Táticas). (figura 2 do Anexo – E)

A sustentação das Forças é feita através dos Rear Support Group – RSG (Grupos de Apoio de Retaguarda), posicionados na Rear Support Area – RSA (Área de Retaguarda do ARRC) e dos Forward Support Group – FSG (Grupos de Apoio de Avançados), localizados já na Area of Operation (Área de Operações). (figura 3 do Anexo – E)

## **(2) As Forças Conjuntas e Combinadas – CJTF**

### **(a) Breve Resenha Histórica**

O Secretário da Defesa dos EUA, Les Aspin, na reunião ministerial de 20 e 21 de Outubro de 1993 em Travemunde, lançou pela primeira vez o conceito Combined Joint Task Force (CJTF), como forma de adaptar a OTAN à nova conjuntura internacional do pós Guerra Fria. Esta iniciativa norte-americana veio a ser aprovada na cimeira de Bruxelas em 10 e 11 de Janeiro de 1994.

Estas forças têm um carácter substancialmente diferente das suas antecessoras, também elas combinadas e conjuntas <sup>21</sup>. Não estão organizadas em permanência, podem englobar unidades de países não pertencentes à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e destinam-se a ser empregues

---

<sup>21</sup> A “Allied Command Europe Mobile Force” (AMF)(1960); a “Standing Naval Force Atlantic” (STANAVFORLANT) (1967); a “Standing Naval Force Channel” (STANAVFORCHAN) (1973); a “Standing Naval Force Mediterranean” (STANAVFORMED) (1992)

dentro e fora das fronteiras da Aliança em missões de apoio à paz e de defesa colectiva, podendo ser empregues em operações lideradas pela União Europeia Ocidental (UEO).

Torna-se, pois, possível o emprego de um grupo organizado de unidades militares (“força”), de dois ou mais ramos das FA (“conjunta”) e de dois ou mais Estados (“combinada”), em missões (“tarefas”) na dependência operacional de um comando único.

Os países podem, assim, responder com mais eficácia, rapidez, flexibilidade e menores custos, com o recurso a este tipo de forças de articulação modular.

### **(b) O Novo Conceito de Apoio Logístico – MJLC**

O MC-319 é claro quando designa a responsabilidade para coordenação logística numa operação OTAN . “The NATO Commander ...co-ordinates logistic support within his area of responsibility”

O MC-327, por sua vez, refere que o comandante pode estabelecer uma organização separada para coordenar essas actividades. “The NATO Commander should establish, when appropriate, an organisation to co-ordinate logistic activities”

No passado, como vimos, a logística era uma responsabilidade nacional. Hoje “Nations and NATO authorities have collective responsibility for logistic support of NATO’s multinational operations.”<sup>22</sup> Se existe uma responsabilidade colectiva, então a OTAN necessita de um órgão para organizar e coordenar a logística internacional, para uma determinada missão “ In order to co-ordinate national and international logistics and to execute their logistic authorities and responsibilities, NATO commanders must have appropriate logistic command and control capabilities within their staffs. Designated NATO HQs should have the ability to establish a responsive deployable command and control structure for multinational logistic operations if required.”<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> MC 319/1, 4. b. (1)

<sup>23</sup> MC 319/1, 4. c. (4) (a)

A solução foi encontrada no AJP-4, “Multinational Joint Logistic Centre (MJLC) offers a multinational logistic C2 organisation capability to co-ordinate theatre logistic Issues .” e no MC-389 que refere :

- “The MJLC Concept is to complement the CJTF Concept”;
- “A multinational co-ordinating authority for logistics.”;
- “Logistic agency for execution.”;
- “Theatre based.”,
- “A command and control structure designed to provide co-ordination among logistic elements of a combined joint operation or exercise”
- “A theatre staff agency, executing logistic policy for the CJ-4 by managing theatre level logistics.”

O MJLC oferece, pois, uma capacidade logística multinacional de Comando e Controlo, para coordenar a logística do teatro sob a direcção do CJ-4. Pode ser utilizado tanto em operações do artigo 5º como fora dele. Neste último caso, é suposto que seja uma organização mais robusta (nomeadamente a célula de contratos e a célula de apoio jurídico) e com atribuições mais alargadas.

O conceito MJLC é mencionado :

- No MC-389, parágrafo 28: “ the MJLC concept is to complement the CJTF and provides the necessary guidance for a flexible logistic command and control structure.”
- No “NATO logistic handbook”, parágrafo 1312: “the MJLC concept is to be regarded as the logistic pillar of the CJTF concept. It provides for the tools in terms of structures and procedures which the nato commander needs to exercise his logistic authority and responsibility in effective and well co-ordinated fashion.”
- No MC-319/1, no parágrafo 4.c.(4), como vimos: “designated NATO HQs should have the ability to establish a responsive deployable command and control structure for multinational logistic operations if required.”

- E por ultimo, como já referimos, no AJP-4, parágrafo 0112, c. (3): “the MJLC offers a multinational logistic C2 capability to co-ordinate theatre logistic issues at the direction of the CJ-4.”

O “Combined Joint Planning Staff” iniciou o projecto de um memorando do comité militar que foi enviado para a “Senior NATO Logisticians Conference (SNLC)” e para as nações, com vista à aprovação final do conceito e atribuição de recursos. O conceito foi aprovado em Maio de 1999 e enviado o pedido para implementação ao “Military Staff.”

É, pois, um conceito aprovado, mas que continua em desenvolvimento, encontrando-se aliás o AJP-4(A) no SNLC para comentários.

Antes da decisão final da necessidade de se instalar um MJLC, na fase de planeamento, há que ter em conta, entre outras considerações, as seguintes:

- Existe uma nação OTAN que possa ser Host Nation (HN)?

Se existe, muitas das funções do MJLC podem ser executadas pela HN reduzindo assim a necessidade de uma organização de grandes dimensões deste, ou mesmo a sua não necessidade.

- Existe uma nação não- OTAN capaz de ser Host Nation ?

Pode acontecer que a força OTAN seja sediada num país amigo, adjacente ou não, a uma nação OTAN. Este facto influenciará também o dimensionamento do MJLC, pois nestas circunstâncias deve dar-se ênfase à questão dos contratos, por exemplo.

Quando não existe HN, a maior parte dos materiais terão que ser adquiridos no mercado local ou importados, o que fará aumentar a necessidade de pessoal para planeamento logístico, especializado em movimento e transporte e gestão imobiliária, por exemplo.

- Qual o objectivo do esforço de coordenação logística multinacional?

Se o esforço logístico é primariamente nacional, a necessidade de um MJLC quase não existe, por outro lado, se não o é, a provisão de serviços de recursos comuns sob a responsabilidade do comandante OTAN (por exemplo infra-estruturas, contratação e o uso de logística multinacional), pode requerer um esforço considerável no MJLC.

- Qual a dimensão e estrutura da Força?

A dimensão da força condiciona, por certo, a constituição do MJLC.

A resposta a estas perguntas determinará a criação ou não, de um MJLC para determinada operação ou exercício, bem como a sua dimensão.

Quando activado, o MJLC formar-se-á, regra geral, à volta de um núcleo de oficiais de um estado maior da OTAN associado com o Quartel General (QG) da Combined Joint Task Force (CJTF). Este núcleo, funcional, coeso e bem treinado, proporcionará o conhecimento e a experiência para o estabelecimento inicial do MJLC. De seguida será aumentado com pessoal das nações e de outros QG, que deverão ser pré-identificados e treinados regularmente com o núcleo, para garantir uma eficiência imediata do MJLC. No entanto os “parent Headquarters (HQ)” (e a OTAN) estão a ser confrontados com um problema: o “parent HQ” tem que nomear pessoal dos Quadros Orgânicos de tempo de paz (peacetime establishment) para os núcleos dos QG das Combined Joint Task Force e para o MJLC. Como normalmente não há pessoal suficiente para os dois requisitos, o lado da logística é o preterido. Este facto está de momento a ser equacionado esperando-se a decisão dos Strategic Commands, no sentido de solicitarem ou não, mais pessoal para os “peacetime establishments”

Qual é então a missão de um MJLC?

A missão de um MJLC é coordenar, em nome do comandante OTAN, todo o apoio logístico entre as componentes, nomeadamente, National Support Element (NSE), Host Nation Support (HNS) e Organizações Não Governamentais (ONG) (esta coordenação é feita em ligação com os centros de Civil Military Cooperation), fornecer serviços logísticos comuns e controlar as Multinational Integrated Logistic support Unit (MILU)<sup>24</sup>. É também responsável pela centralização, coordenação e/ou gestão das funções logísticas comuns.

A organização é modular, e pode ser estabelecida de forma parcial ou na totalidade, dependendo dos requisitos da missão. Pode ser empregue dentro da estrutura de comando de várias maneiras e, a um aumento da força, corresponde um aumento da estrutura do MJLC. Uma diminuição proporcional desta

---

<sup>24</sup> “Two or more nations agree to provide logistic assets to a multinational force under operational control of a NATO commander for the logistic support of a multinational force.” (MC 319/1)



estrutura pode ser requerida à medida que a operação amadurece, com a estabilização da situação ou o início do regresso das forças. Nesta situação, pode acontecer que as funções remanescentes do MJLC possam ser assumidas por um CJ-4 aumentado e, posteriormente, pelo CJ-4 sozinho. O que se pretende é operacionalidade ao mais baixo custo. Torna-se, assim, num processo com duas vias, de expansão das capacidades multinacionais de comando e coordenação, que melhor satisfazem os princípios de flexibilidade e economia de esforço e contracção quando necessário (Anexo – F).

Dentro da organização geral de comando e controlo da CJTF, o próprio MJLC deve ser considerado um módulo que é flexível e se adapta aos diferentes requisitos e estruturas de Comando e Controlo que a situação determine.

Assim ele pode ser introduzido nessa estrutura de quatro formas (Anexo – G):

- Aumentando o CJ-4 do QG da CJTF
- Integrado no QG da CJTF
- Colocado no QG da CJTF
- Colocado como um módulo dentro de um “Support Command”

Como já referimos, este conceito foi concebido para ser complementar ao conceito CJTF e os Bi-SC recomendam que, tal como este, o conceito complementar MJLC deve ser exercitado.

Nas palavras do Gen. SACEUR, W. Clark, o MJLC “is a Dynamite Concept!”

## **6. SÍNTESE CONCLUSIVA**

Com o final da Guerra Fria, assistiu-se ao crescente envolvimento dos Estados e das Organizações Internacionais e Regionais em operações de apoio à paz, como forma de resolução de conflitos.

Face ao novo ambiente estratégico, as forças multinacionais têm assumido um papel fundamental na manutenção da paz, contribuindo para a coesão e solidariedade do Sistema Internacional, essencial para assegurar uma Nova Ordem que reforce a segurança e a estabilidade.

A participação em forças multinacionais pode processar-se, no que diz respeito ao apoio logístico, em duas situações distintas. Na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e União Europeia Ocidental (UEO), em que a sustentação das forças é responsabilidade nacional e na Organização das Nações Unidas

(ONU) (e eventualmente na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa - OSCE) em que, após um período inicial, durante o qual as forças devem ser auto-suficientes, esta assume o apoio de algumas classes e funções logísticas<sup>25</sup>.

Isto significa que, para o emprego de uma Força no âmbito da OTAN ou da UEO é necessário, como norma, a sua auto-suficiência total<sup>26</sup>, com o apoio logístico como responsabilidade nacional. No âmbito da ONU, após o período inicial de auto-suficiência, a Nação tem apenas que assegurar o apoio que a estrutura multinacional da ONU não pode prestar.

A definição da doutrina de emprego das Forças Multinacionais tem sido desenvolvida, praticamente, pela OTAN. A OSCE, a UEO e a ONU têm-se limitado, de um modo geral, a seguir estas referências.

Estas Forças, para possibilitar uma resposta adequada e eficaz na resolução dos conflitos, são dotadas de elevada capacidade de comando e controlo, mobilidade e sustentação logística. O apoio logístico é encarado como uma responsabilidade colectiva das nações participantes e das Organizações Internacionais patrocinadoras da intervenção, tendo, no entanto, cada País que assegurar, individualmente ou através de acordos, a sustentação das suas forças.

Em termos operacionais e logísticos, a Multinacionalidade é sinónimo de dificuldades acrescidas na integração táctica e logística e na operabilidade dos sistemas de comando, controlo, comunicações e de sustentação logística. Com o objectivo de atenuar os inconvenientes para o apoio logístico às forças existe a preocupação quer da procura de uma doutrina logística, quer de um aperfeiçoamento da sustentação das forças de que é exemplo o novo conceito de apoio logístico da OTAN - apoio logístico colectivo, maior capacidade de comando e controlo dos comandantes (MJLC) e uma melhor integração e adequação das manobras táctica e logística.

A preocupação da standardização, inclusivé com organizações civis, é fundamental para obter níveis de interoperabilidade que concorram para a mobilidade, flexibilidade e integração operacional e logística necessária para o emprego cada vez mais eficaz e eficiente das Forças Multinacionais.

---

<sup>25</sup> Abastecimentos da Classe I e IW, III, apoio sanitário e transporte adicional (nomeadamente aéreo)

<sup>26</sup> Aceita-se naturalmente, que as Nações participantes realizem acordos de apoio mútuo, entre elas, por forma a reduzir o peso da cadeia logística nacional de cada participante

A participação portuguesa neste tipo de forças parece exigir uma mudança na forma de pensar a logística, nomeadamente, na adaptação aos “conceitos de emprego fortemente marcados pela mobilidade, flexibilidade, interoperabilidade e que facultem grande autonomia para projecção em teatros de operações longínquos e imprevisíveis”<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> João PIROTO (Coronel), O Apoio Logístico a Forças Nacionais Destacadas (FND) face à complexidade e variabilidade dos Teatros de Operações (TO), pg 25

### III – O ACTUAL SISTEMA LOGÍSTICO EM APOIO A FORÇAS EMPENHADAS NO EXTERIOR DO TERRITÓRIO NACIONAL

#### 1. A MARINHA<sup>28</sup>

A cadeia de apoio logístico é um conceito de um sistema integrado, de desenvolvimento das funções de forma coordenada, por parte dos órgãos de apoio logístico.

O apoio à componente operacional é materializado nos órgãos de apoio logístico que se classificam em estáticos e dinâmicos.

- Os estáticos:
  - Apoio indirecto - os estabelecimentos logísticos interiores.
  - Apoio directo - as bases navais permanentes.
- Os dinâmicos:
  - Apoio avançado - as bases navais avançadas e as bases avançadas flutuantes
  - Apoio móvel - as bases avançadas flutuantes e o grupo de reabastecimento no mar.

As bases navais avançadas são bases temporárias e operacionais, situadas dentro ou nas proximidades de uma zona de combate.

As bases avançadas flutuantes garantem, acompanham a força na campanha, adaptam-se com facilidade às diversas missões e situações, não implicam desperdício de equipamento e tem uma organização mais simples que a de terra.

Os grupos de reabastecedores no mar asseguram o apoio logístico na área de operações. São a base da logística dinâmica, uma vez que garantem o combate continuado das forças, economizam tempo, encurtam a distância, aumentam a autonomia, possibilitando, assim, a auto-suficiência logística que é o factor decisivo e básico da permanência no mar e seu consequente domínio. (Anexo – H)

---

<sup>28</sup> Baseado no trabalho do CTEN Moreira, “A Logística da Marinha Portuguesa”, no âmbito de CEM 98/2000

## **2. O EXÉRCITO**

O MC 120-1 Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército (BGSLE), aprovado por Despacho do General Chefe do Estado-Maior do Exército de 07Dec89, veio reunir e sistematizar muitos procedimentos que vinham sendo adoptados do antecedente, num documento suporte de uma Doutrina Logística Nacional. Mas veio, também, introduzir algumas inovações, nomeadamente, com a criação de órgãos de gestão logística - Centro de Gestão Logística Geral (CGLG) e Centro de Gestão Logística Regional (CGLR) - e de sub-unidades de apoio directo às Regiões e Zonas Militares (RM/ZM). As Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército, tiveram por base a necessidade de manter conceitos e estruturas logísticas vigentes e, simultaneamente, adoptar procedimentos utilizados no apoio a forças convencionais, quer no âmbito da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), quer da doutrina de referência. Assim foi estabelecido um conceito de sistema misto, caracterizado pela gestão, por funções logísticas nos baixos escalões e por serviços nos escalões mais elevados.

Em Maio de 1995, foi elaborado um projecto de revisão das Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército por parte do Estado Maior do Exército procedendo, não só à actualização de estruturas e designações em consequência da reorganização do Exército de 1993 mas, também, por se ter julgado conveniente adicionar à anterior edição um novo sub-parágrafo dedicado às novas missões do Exército Português. Estas, resultam dos compromissos internacionalmente assumidos pelo País no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras organizações regionais de segurança, para fazer face aos focos de instabilidade e de crises geradas pelo fim da Guerra Fria. Na realidade, esses compromissos passam a prever o emprego de forças do Exército Português no exterior, em acções de Gestão de Crises e Operações de Apoio à Paz, no quadro da ONU, OSCE, OTAN e UEO e a integrar Forças Multinacionais.

Em Junho de 1998, o Comando da Logística sentiu necessidade de criar um Manual de Apoio Administrativo-Logístico, onde implementa um sistema de apoio a unidades envolvidas em missões humanitárias e de paz fora do território nacional, no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, com o objectivo de proporcionar linhas orientadoras aos utentes sobre os diversos procedimentos logísticos e administrativos.

Nos termos da Lei 111/91, de 29 de Agosto (LOBOFA), em tempo de paz, o General Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) exerce o comando operacional das Forças Armadas e os Chefes do Estado-Maior dos Ramos dependem, directamente, do Ministro da Defesa Nacional nos aspectos de natureza administrativo-logístico.

Como as missões no exterior do Território Nacional (TN), nomeadamente, as operações de apoio à paz, são consideradas em situação de tempo de paz, as Forças empregues nessas missões, ainda que sob comando operacional do CEMGFA, mantêm-se sob comando administrativo-logístico do Chefe do Estado-Maior do Exército (isto é válido, também, para a Marinha e para a Força Aérea).

Assim, o Exército implementou um sistema de apoio logístico a Unidades, no exterior, em missões de gestão de crise e operações de apoio à paz, com a finalidade de possibilitar um apoio eficaz, eficiente e oportuno no decorrer dessas missões. O conceito logístico, fundamenta-se no que se encontra estabelecido nas Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército para tempo de paz, com uma pequena alteração no que respeita aos fluxos logísticos: entre a Unidade a apoiar e as Direcções ou Chefias dos Serviços (ou o Centro de Gestão Logística Geral, no caso do reabastecimento dos artigos críticos), encontra-se a Unidade Organizadora da Força, com responsabilidades logísticas (Anexo – I).

### **3. A FORÇA AÉREA**

O apoio logístico em missões no exterior na Força Aérea é muito simples. A força leva consigo todo o pessoal e material de apoio imediato e previsível para o cumprimento da missão e remete todos os pedidos para a sua Unidade Mãe. Quando este apoio ultrapassa o âmbito da Unidade, esta remete o pedido para a direcção ou repartição respectiva do Comando Logístico Administrativo da Força Aérea que o satisfaz.

#### IV – ENSINAMENTOS RECOLHIDOS DAS FORÇAS MULTINACIONAIS

É crescente a tendência para que Portugal seja chamado a intervir militarmente em missões de apoio à paz, através de constituição de Forças Multinacionais.

Para tal, e se as Forças Armadas Portuguesas pretendem continuar a disponibilizar recursos, para integrar este tipo de forças e a manter as restantes componentes do Sistema de Forças Nacional com os graus de prontidão e sustentação definidos, têm de levar em conta as lições aprendidas pelas forças portuguesas que participaram em missões combinadas, bem como as de outros contingentes nossos aliados. Referimos, de seguida, alguns desses ensinamentos fruto, quer de leituras efectuadas de relatórios com “lessons learned”, quer de entrevistas realizadas com intervenientes dessas operações quer, ainda, com a experiência do autor numa dessas missões:

- Os objectivos desejáveis para operações multinacionais são;
  - Interoperabilidade do maior número de itens de equipamento
  - Intermutabilidade de abastecimentos comuns – tais como alimentação, água, combustível, algumas munições, etc.
  - Identidade de procedimentos
- A preocupação primária é reduzir custos e otimizar recursos. O objectivo é sempre o mesmo: reduzir tempos de satisfação de necessidades e garantir que, em todas as acções de apoio de serviços, sejam utilizados os métodos mais económicos.
- Não existe linha/zona da frente, nem de retaguarda. Pelo que, o conceito de que as unidades logísticas podem ser menos protegidas (logo com equipamento menos cuidado), não se aplica. Estas unidades devem poder enfrentar os riscos de combate, orientar-se e deslocar-se sobre vias de comunicação de má qualidade e, por conseguinte, terem de contar apenas só com os seus recursos. É uma logística tão critica como na situação de guerra, correndo os riscos correspondentes e sofrendo de necessidades comparáveis, com excepção das necessidades relativas a munições.

- Deve planear-se para o pior cenário – as forças vão para um teatro “despido”, em que não há nenhum governo em quem confiar, poucos fornecedores e, pouco ou nenhum, apoio da Host Nation ou regiões vizinhas.
- A logística tem de estar preparada para uma dupla missão. A sua missão de apoio à Força é uma considerável e, habitualmente, discreta missão de ajudar a população local, refugiados e organizações de assistência humanitária (particularmente em alimentação, água e apoio sanitário).
- A aptidão logística depende, em muito, do conhecimento da doutrina da Organização Internacional onde a força está inserida.
- A língua Inglesa tem sido essencial no Comando e Controlo, ligação e planeamento operacional. O Comando e Estado Maior e o pessoal das comunicações da Força deve, pois, estar familiarizado com o Inglês.
- As comunicações, particularmente para os logísticos, são sempre um problema. As comunicações via satélite têm provado ser muito eficazes quer no interior do país quer na ligação com o País-mãe.
- A força deve possuir viaturas de transporte de carga que possam passar por todos os caminhos em todas as épocas (veículos de transporte “todo-o-terreno”, “todo-o-tempo”).
- As exigências de manutenção são maiores de que o normal, com muitos ítems de equipamento a serem necessários a todo o tempo – tais como geradores, arcas frigoríficas, equipamentos de comunicação, etc. – agravando-se a situação no inverno.
- A entrega do correio, que é um factor de elevada moral para as tropas, deve ser coordenado para evitar o uso duplicado de transportes.
- A constituição de um Centro de Controlo de Movimentos é fundamental para prevenir o caos e a confusão no Teatro de Operações, particularmente nos pontos de chegada. As Organizações civis têm aceite a ligação e a autoridade deste centro.
- A criação de um Centro de Operações Logístico Combinado, com Oficiais de Ligação é altamente desejável.



- Nas operações sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) existem sempre divergências entre o Comandante da Força e o Chief Administrative Officer (CAO), que reportam para superiores diferentes. Os planeadores logísticos devem, pois, estar atentos a esta situação e garantir a coordenação com ambos os Estados-Maior.
- A política de apoio (particularmente da ONU) nos recursos locais atinge rapidamente os seus limites em regiões devastadas pela guerra. É preciso, portanto, dotar as unidades de meios próprios para lhes assegurar uma autonomia real, em todos os domínios, energia, produção de água potável, limpeza de neve, etc
- Não há que hesitar em adaptar o sistema logístico ao que existe no terreno. O sistema (a organização, a estrutura de Comando e Controlo e as unidades) logístico deve dar provas de flexibilidade e imaginação.
- A constituição de forças multinacionais criam certas dependências e interdependências que as forças sozinhas não têm capacidade de resolver ou ultrapassar.
- A dispersão das unidades no terreno é muito diferente do que acontece nos empenhamentos clássicos, para os quais as forças e apoios estão, normalmente, previstos. Isto pode obrigar à fragmentação das unidades de apoio e a organizar destacamentos de ligação aumentando assim os meios logísticos a fornecer.
- É importantíssimo que, entre a logística do Estado-Maior (EM) e as unidades logísticas de execução, exista um entendimento perfeito. Ou seja, deve haver representação proporcional no seio do EM de elementos logísticos da nação contribuinte. A concepção e execução são bastante mais facilitadas por uma comunidade de língua e doutrina.
- Previsão é a palavra chave – é indispensável conhecer as necessidades previsíveis da força para que as mesmas possam ser satisfeitas em tempo.

## V – O EMPREGO CONJUNTO DAS FORÇAS NACIONAIS

### 1. AS OPERAÇÕES CONJUNTAS

As operações conjuntas que as Forças Armadas realizaram até agora<sup>29</sup>, foram as efectuadas no âmbito da evacuação de cidadãos nacionais a residir fora do Território Nacional. A solução encontrada para o apoio logístico encontra-se expressa nas directivas operacionais do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) que lhes deram origem. Com pequenas alterações de operação para operação, o sistema utilizado foi o seguinte:

- A Divisão de Recursos do Estado Maior General das Forças Armadas colabora na organização, no âmbito do Centro de Operações Conjunto (COC), que estabelece um órgão de coordenação logística.
- É delegado nos Chefe dos Ramos, o planeamento e execução dos Movimentos e Transportes necessários para o cumprimento da missão
- As componentes da Força solicitam os apoios de natureza logística, que não conseguem obter no respectivo Ramo, ao Cmdt da Força Conjunta que os canaliza para o Centro de Operações Conjunto (ou para o Comando Operacional do Ramo conforme a modalidade de estrutura de Comando e Controlo adoptada), onde funciona o órgão de coordenação logístico.
- O apoio administrativo-logístico é da responsabilidade dos Ramos, que satisfazem todo o apoio logístico necessário às respectivas componentes da Força Conjunta e seguem as orientações e procedimentos estabelecidos.

---

<sup>29</sup> No âmbito conjunto e combinado simultaneamente não foi realizada até agora nenhuma operação. Apesar de na Bósnia e no Kosovo estarem presentes forças de dois ramos, não poderemos considerar uma operação conjunta em virtude de não existir um Cmdt de ambas as componentes, conforme preconizado no RC-130-1.

- A cadeia logística (Anexo – J):

Componentes da Força Conjunta	- São os destinatários do apoio logístico. - Elaboram os pedidos de necessidades logísticas
Centro Logístico da Força Conjunta	- Localizado em local a definir - Directamente subordinado ao Cmdt da Força Conjunta - Coordena, integra os pedidos e garante a satisfação das necessidades logísticas.
Centro de Operações Conjunto	- Em colaboração com a Direc, estabelece um órgão de coordenação logística - Integra e canaliza os pedidos de satisfação de necessidades logísticas e de transportes para a AOp, se tal for requerido pela estrutura de C2 adoptada.
Ramos	- Garantem os níveis de abastecimento inicial e disponibilizam os reabastecimentos que vierem a ser solicitados

## 2. AS FORÇAS NACIONAIS CONJUNTAS E AS NOVAS MISSÕES

Não obstante a missão primária das Forças Armadas continuar centrada na Defesa do Território Nacional, verifica-se que assume prioridade conjuntural um leque diversificado de novas missões, que decorrem do apoio à Política Externa do Estado. Desta nova vertente do empenhamento de Forças, resulta um aumento de tarefas com consequências, não só ao nível da gestão de recursos humanos e materiais mas, também, na organização, prontidão e sustentação de forças.

O esforço é, pois, no sentido de atingir níveis de prontidão operacional acrescidos, dispondo em permanência de um conjunto modelar de forças, de resposta rápida e diversificada, para situações de contingência.

Ao nível de prontidão das Forças <sup>30</sup>, estas só se consideram prontas:

- Forças Navais - quando não apresentem limitações de material que condicionem o seu emprego
- Forças Terrestres - quando o armamento e o equipamento, assim como os níveis orgânicos de abastecimentos, estejam posicionados junto da unidade ou em local adequado
- Forças Aéreas - quando os níveis de abastecimento em material e armamento permitam a execução das missões atribuídas (o armamento e o equipamento, assim como os níveis

<sup>30</sup> De acordo com a directiva de prontidão e sustentação- DPS/CEMGFA/97

orgânicos de abastecimentos, devem estar posicionados junto da unidade ou em local adequado)

Ao nível de sustentação das Forças, para além dos princípios doutrinários contidos nas publicações da OTAN e que o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas determina que sejam os adoptados<sup>31</sup>, são considerados também:

- O nível de distribuição dos recursos em apoio das forças, deve ser o suficiente para que se atinja a prontidão e se mantenha a sustentação e a mobilidade requeridas
- O apoio logístico para as unidades operacionais deve ser dinâmico, flexível, móvel e com capacidade de resposta consonante com cada um dos tipos de unidades/órgãos que apoiam
- Os procedimentos e conceitos de apoio logístico devem estar adequados para apoiar as forças nas suas várias opções de emprego
- As estruturas e os procedimentos de apoio logístico que venham a ser adoptados devem proporcionar ao comandante operacional a informação adequada dos níveis de aprovisionamento que lhe permita coordenar, utilizar, redistribuir, reposicionar e empregar os recursos logísticos para que se atinjam os objectivos operacionais

Um conjunto modelar de forças,<sup>32</sup> com capacidades conjuntas e múltiplas, capazes de responderem a sistemas combinados de forças com aliados e outros, foi recentemente criado a partir do sistema nacional de forças aprovado, tendo sido constituídas, uma Força Conjunta de Reacção Imediata (FCRI) com a categoria de prontidão 2 (aprontamento até 5 dias) e uma Força Conjunta de Reacção Rápida (FCRR) com a categoria de prontidão 3 (aprontamento até 10 dias). A primeira, vocacionada para cumprir missões de paz e humanitárias e para o emprego em áreas no âmbito da protecção a cidadãos nacionais fora do território nacional, e a segunda, apta a ser projectada no exterior, em especial na região Euro-Atlântica.

Pretende-se, com estas forças, melhorar a capacidade de projecção de forças, por forma a dar resposta adequada e oportuna, às necessidades de opções militares solicitadas pelo escalão político (Anexo – K).

---

<sup>31</sup> Idem

<sup>32</sup> Idem

### 3. ANÁLISE DO APOIO LOGÍSTICO

Partiremos, pois, para a nossa análise, da premissa, que nos parece consensual. Para haver projecção<sup>33</sup> e emprego de forças conjuntas, é necessário a coerência dos Sistemas de Apoio dos três ramos.

Tomaremos como modelo de comparação, o da OTAN que, como vimos, é a referência para as outras Organizações Internacionais e também, julgamos podê-lo afirmar, ser consensual nos três ramos das Forças Armadas, que é urgente transpormos a sua doutrina para a nossa instituição. Colocaremos algum ênfase na estrutura de comando e controlo que a OTAN adoptou recentemente com o nome de Multinational Joint Logistic Centre (MJLC) e que detalhámos no capítulo II. Efectuaremos a comparação com o “modelo” utilizado pelas Forças Armadas Portuguesas em operações de evacuação de cidadãos nacionais a residir fora do Território Nacional, que acabámos de ver.

Desde logo, detectamos alguma semelhança entre o Multinational Joint Logistic Centre (MJLC) e o Centro Logístico da Força Conjunta, pois ambos coordenam e integram pedidos e garantem satisfação das necessidades logísticas. Mas o MJLC é mais do que isso. É um verdadeiro órgão modular que se adapta consoante as necessidades o que não acontece com o Centro Logístico da Força Conjunta. Possui módulos que lhe dão possibilidades diversas, desde a de efectuar contratos, até ao controlo dos movimentos de transporte no Teatro de Operações, entre outras. Não é, somente um mero “correio” de pedidos de apoio de natureza logística, que recebe das componentes e, os canaliza para o Centro de Operações Conjunto para serem satisfeitos.

O Multinational Joint Logistic Centre é um órgão que tem de lidar com sensibilidades de várias nações e, portanto, pelo menos para já, o seu nível de intervenção é o da coordenação. No entanto, pensamos que se pode ir mais além a nível Nacional, quando falamos daqueles que partilham uma história secular e que servem a mesma Nação e as mesmas Forças Armadas. Naturalmente, que sabemos da existência das especificidades de cada Ramo, mas também sabemos que estamos no tempo em que é preciso reduzir custos e otimizar recursos, pelo que nos parece que, em operações conjuntas, teremos que estabelecer uma cadeia de fluxos que evite duplicações de meios humanos e materiais. Esta política de as componentes

---

<sup>33</sup> A doutrina de referência – cap. 3 do FM 100-5 – define projecção de forças como “a capacidade demonstrada para rapidamente alertar, mobilizar, destacar e operar em qualquer parte do mundo”. A capacidade para sustentar não está explícita mas parece-nos que se encontra subjacente ao conceito.

só solicitarem ao Centro Logístico da Força Conjunta apoios de natureza logística que não conseguem obter no respectivo ramo, não se coaduna com tal desiderato.

Por outro lado, conforme vimos no parágrafo anterior, no que se refere à sustentação das Forças, o comandante necessita de informação adequada que lhe permita coordenar, utilizar, redistribuir, reposicionar e empregar os recursos logísticos para atingir os objectivos operacionais. Para tal, é essencial que, por um lado, as Forças Armadas possuam dados objectivos sobre a quantidade, qualidade e a adequação dos materiais e equipamentos, necessidades quer do combatente quer dos requisitos das unidades operacionais para o cumprimento das missões conjuntas, pois só com estes elementos de apoio à decisão será possível, avaliar e planear atempadamente as necessidades. Por outro lado, é necessário que o comandante da força conjunta, disponha de uma estrutura de comando e controlo similar ao MJLC para o apoiar nas suas decisões logísticas.

O Multinational Joint Logistic Centre, como vimos, é formado, à volta de um núcleo de oficiais de um estado maior da OTAN associado com o Quartel General (QG) da Combined Joint Task Force. Este núcleo, bem como o pessoal das nações e de outros QG, que são pré-designados, são treinados regularmente, o que proporciona um aumento de eficiência do MJLC. No que se refere ao Centro Logístico da Força Conjunta, tal como o estado maior da força conjunta, é formado após ser dada a missão ao comandante.

Na OTAN, existem conceitos como Lead Nation, Role Specialist Nation e Multinational Integrated Logistic support Unit, que optimizam os recursos logísticos. No nosso “modelo” não estão previstos tais conceitos que, em nosso entender, são conceitos a transpor para as operações conjuntas.

## VI – CONCLUSÕES

No início, propusemo-nos saber, quais as implicações para o actual sistema logístico da nossa participação em operações conjuntas e em operações combinadas.

Dividimos o trabalho em duas partes. A primeira, onde analisámos o apoio logístico em ambiente combinado sob forma de “lessons learned” e, a segunda, onde analisámos esse apoio às operações conjuntas, comparando o que se tem feito com o modelo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), nomeadamente o seu novo conceito – o “Multinational Joint Logistic Centre (MJLC).

Esperávamos poder obter, na primeira parte, dados para o aperfeiçoamento do sistema logístico do Exército, que tem respondido de forma satisfatória às exigências do apoio naquele ambiente. Na segunda parte, encontrar um modelo aplicável às operações conjuntas.

Chegámos às seguintes **conclusões**:

No geral

- O tempo disponível, entre a decisão política de emprego de uma força, em acções onde os interesses nacionais estão em jogo, e o seu empenhamento, é cada vez mais reduzido. No futuro seremos confrontados com curtos prazos para o aprontamento e preparação das forças. Consequentemente, à logística será cada vez mais exigido, a previsão, a flexibilidade de resposta e a antecipação de soluções para as questões cuja resolução não se compadece com os prazos de intervenção modernos, conforme vimos no capítulo II-6.
- As nações devem assegurar o acesso pronto e económico aos meios de transporte e infra-estruturas, civis e militares, bem como conseguir um equilíbrio entre o uso de meios civis e militares (complementaridade dos meios civil-militar e, inclusão destas organizações ou estruturas, na rede de Comando, Controlo e Comunicações), devendo desenvolver legislação nacional e planos que facilitem a utilização de recursos civis desde cedo no espectro da crise, em particular, no que se refere ao apoio das nações hospedeiras, transportes, infra-estruturas e apoio industrial. (capítulo II-5-c e II-6).

#### Em ambiente combinado

- No capítulo IV, vimos que ao nível da gestão e coordenação dos movimentos de transportes, os procedimentos da Aliança, têm provas dadas de funcionamento.
- Deve-se implementar e treinar os procedimentos e sistemas de informação logísticos das Organizações Internacionais onde queremos certamente continuar a trabalhar.
- Em suma, devemos aperfeiçoar o sistema de gestão logística e adoptar um sistema mais funcional e operativo que se coadune com os procedimentos utilizados no âmbito da OTAN e do emprego de Forças Multinacionais.

#### Em ambiente conjunto

- Não existe ainda, nas nossas Forças Armadas, doutrina logística conjunta.
- Face às novas missões e à previsão de emprego num futuro próximo, das Forças Portuguesas no âmbito conjunto, conforme vimos no capítulo V-2, terão que ser apoiadas cada vez mais longe e durante mais tempo.
- Forças com as categorias de prontidão das da Força Conjunta de Reacção Imediata e da Força Conjunta de Reacção Rápida (capítulo V-2), têm, parece-nos, necessariamente, que ter, para além de um apoio logístico permanente, um Estado-Maior designado e um órgão logístico conjunto (capítulo V-3), para poderem responder a esse curto espaço de tempo de intervenção.
- Na base de uma gestão logística que possibilite respostas ajustadas às solicitações, quer em tempo de paz, guerra ou operações a realizar fora do Território Nacional, está, necessariamente, um eficiente sistema de informação logístico, conforme vimos no capítulo V-3.
- O modelo logístico a adoptar, terá de permitir, para além de um apoio estruturado em permanência, a possibilidade, partindo de um núcleo base, crescer de forma equilibrada e racional, conforme as exigências e especificidade de cada missão (capítulo II-5 e V-3).



Em virtude de tudo o que ficou exposto **propomos** que:

No geral

- Constituir uma base central de dados de cada Ramo, por forma a ser possível normalizar, automatizar e integrar o apoio logístico conjunto, em sintonia, naturalmente, com os nossos parceiros OTAN, especialmente com aqueles com quem decidirmos vir a trabalhar no futuro (capítulo V-3).
- Definir com quem queremos trabalhar no futuro (as escolhas de hoje limitar-nos-ão com quem vamos trabalhar amanhã), para que a Lei de Programação Militar (tendo em conta as lições aprendidas) reflecta essa decisão. Não devemos restringir a nossa escolha em virtude da interoperabilidade<sup>34</sup> (capítulo II).
- Desenvolver a formação dos Quadros da Força (âmbito logístico) por forma a habilitá-los ao cabal desempenho das funções que lhes poderão competir no âmbito conjunto e combinado (capítulo II).

Em ambiente combinado

- Com os ensinamentos obtidos renovar a doutrina logística, por forma a mantermo-nos no mesmo patamar dos outros países com quem trabalhamos.
- Sabendo que, hoje em dia, não existe praticamente nenhum documento doutrinário, onde não se faça referência constante, ao carácter conjunto e combinado das Forças, parece-nos não ser desajustado incorporar e interiorizar este conceito, fazendo-o reflectir em todas as áreas desde o ensino aos exercícios, cada vez com mais frequência e empenhamento. Aliás, basta olhar para os conflitos recentes e actuais, para se concluir da necessidade da convergência dos esforços multinacionais e do mérito da associação conjunta de forças de terra, mar e ar.

---

<sup>34</sup> Para além dos nossos parceiros OTAN, temos que ter em conta os países da CPLP. Apesar de não se encontrar qualquer menção explícita no sentido da cooperação e segurança na Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Gen CEMGFA no seu discurso recente ao novo MDN, aquando da sua tomada de posse, contornou essa questão, apontando no âmbito do 4º programa (reforçar a cooperação técnico-militar no seio da CPLP), a necessidade de institucionalizar a constituição do embrião de uma força conjunta e combinada, bem como incrementar a realização de exercícios conjuntos e combinados.

Se a evolução é neste sentido temos que desde já reflectir sobre as consequências logísticas desta linha de acção, aproveitando a nossa experiência desde 1993 em missões combinadas e quiçá seremos nós a “ditar” o sistema de apoio logístico, por forma a que as nossas indústrias de defesa liderem o processo.

- As Unidades Logísticas, devem ser treinadas e preparadas para o combate e, organizadas e adaptadas para a missão particular, assegurando uma logística de guerra, ou seja, completa desde início, capacitada para reacção imediata e dotadas de meios de protecção eficazes e de apoio sanitário (capítulo IV).
- Implementar de forma pragmática mas responsável, políticas de aquisição de equipamentos que permitam dar resposta aos problemas de interoperabilidade, que as Forças Nacionais Destacadas têm numa força multinacional (capítulo IV).
- Adoptar, de uma vez por todas, os procedimentos logísticos da OTAN (aliás a Marinha e a Força Aérea já o fazem) e não, ocasionalmente, no âmbito de exercícios combinados, adaptando e/ou transpondo a doutrina de forma efectiva e gradual. Esta adopção contribuirá de forma significativa para otimizar o actual sistema logístico a apoiar Forças Nacionais que venham a integrar Forças Multinacionais (capítulo II-6 e V-3).






#### Em ambiente conjunto

- A doutrina, a organização e o treino do sistema logístico devem ser orientados tendo em vista o emprego operacional das Forças Armadas em operação conjuntas (capítulo V).
- Tal como Aliança sentiu a necessidade de aumentar a Autoridade do Comandante da Força Multinacional sobre a gestão dos recursos logísticos, visando o incremento da sua capacidade de Comando e Controlo (capítulo II-5), também Portugal necessita de o fazer com os Ramos das Forças Armadas em ambiente conjunto (capítulo V-3). Para tal, propõe-se a estrutura logística, os fluxos e as missões nos Anexos – L (Estrutura de Comando da Logística Conjunta), M (Apoio Logístico Conjunto) e N (Centro Logístico Conjunto), respectivamente.
- Transformar o actual sistema logístico, num sistema funcional e simples, adequado à sustentação das Forças Conjuntas de Reacção, quer actuem sozinhas quer em ambiente combinado, não esquecendo o apoio ao Sistema de Forças Nacional.
- Nomear desde já pessoal para as áreas chave do Estado Maior e do Centro Logístico Conjunto (CLC) das Forças Conjuntas de Reacção e atribuir os meios logísticos necessários para os graus de prontidão exigidos (capítulo V-3).








- Treinar esse pessoal e os procedimentos logísticos das Forças Conjuntas de Reacção. Verificar a interoperabilidade dos meios e da participação activa do Centro Logístico Conjunto na concepção e condução das operações (capítulo V-3).
- Adequar os meios logísticos existentes à necessidade, de no mínimo as Forças Conjuntas de Reacção sejam projectadas - transporte aéreo e/ou marítimo - (capítulo V-2).
- Harmonizar linguagens e posturas doutrinárias entre os Ramos das Forças Armadas (capítulo V-3).
- Conforme a OTAN faz, com as “Listas Comuns de referência” (CUIL), no âmbito da Agência de Manutenção e Aprovisionamento (NAMSA) ao nível da interoperabilidade dos meios, devemos nós fazer algo de semelhante para os Ramos (ao nível do Ministério da Defesa Nacional, a Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, ao nível do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Divisão de Recursos) (capítulo IV).
- Introduzir o conceito de “Lead Ramo” ,“Role Specialist Ramo” e “Unidades Logísticas Integradas” (capítulo V-3).

## Bibliografia

### Livros

-  AAVV, Orientação Para Elaboração de Trabalhos Escritos, DD-00-00-01, IAEM, Lisboa, 1992.
-  AAVV, Apoio Logístico ao Sistema de Forças Nacional, NC-60-50-10, IAEM, Lisboa, 1994.
-  AAVV, Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva, 1ª Edição, Lisboa, Outubro de 1992.
-  YOUNG, Thomas-Durell, Multinational Land Formations and NATO: Reforming Practices and Structures, Strategic Studies Institute Publication, U.S. Army War College, First Printing, December 1997.
-  AAVV, The NATO Handbook, 50<sup>th</sup> Anniversary Edition, Office of Information and Press, Brussels, 1998.

### Artigos

-  SILVÉRIO, Cor. Jorge Manuel, O Apoio Logístico ao Sistema de Forças. Reflexões Sobre o Passado, Desafios do Futuro, In Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, n.º 29, Maio de 93, pág. 13 a 24.
-  COELHO, Gen. Adelino Rodrigues, Organização Logística de Apoio aos Teatros de Operações - Moçambique, In Revista Militar, n.º 6/7, Junho/Julho 1997, pág. 553 a 576.
-  FILHO, Cap. Ivan Ferreira Neiva, O Apoio Logístico às Brigadas e Divisões no Exército dos EUA, In Revista do Exército Brasileiro, Vol. 134 - 4º Trimestre de 1997, pág. 57 a 69.
-  MÚÑOZ, TCor. Antonio J. Candil, Apoyo Logístico Integrado?, In Revista de Las Armas y de Los Servicios, Ejército de Tierra Español, Marzo de 1999, Año LX, n.º 697, pág. 59 a 63.
-  AAVV, Efeitos da Redução do SEM no Sistema de Apoio Logístico do Exército, In Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, n.º 40, Novembro de 96, pág. 37 a 50.
-  LEAL, TCor. José de Fátima Moura, Uma Nova Conceção de Apoio Logístico, In Revista do Exército Brasileiro, Vol. 132 - 2º Trimestre de 1995, pág. 27 a 30.
-  LEITÃO, TCor. Serafim de Oliveira, O Conceito de Forças Conjuntas Multinacionais no Centro da Nova NATO, In Boletim da Escola Prática de Administração Militar, n.º 6, Ano 2, Abril de 99, pág. 101 a 112.

- 📁 CLAES, Willy, A OTAN e a Arquitectura de Segurança Euro-Atlântica em Evolução, In Notícias da OTAN, n.º 4, Out/Dec de 94, pág. 3 a 7.
- 📁 SILVA, Gen. Mário A J. da Silva, A Implementação do Conceito das Forças Operacionais Conjuntas e Combinadas, In Jornal do Exército, n.º 471, Ano XL, Março de 99, pág. 26 a 31.
- 📁 RAMOS, Cap Frag EMQ Carlos M. S. Costa, CALS – A Base do Apoio Logístico do Futuro, In Anais do Instituto Superior Naval de Guerra, n.º 11, Outubro de 98, pág. 109 a 142.
- 📁 GARCÍA, Cor. Angel M. Adan, Las Agrupaciones de Apoyo Logístico. Presente y Futuro, In Revista de Las Armas y de Los Servicios, Ejército de Tierra Español, Octubre de 1995, Año LVI, n.º 666, pág. 41 a 50.
- 📁 GARCÍA, Cor. Angel M. Adan, La Logística es la Piedra para que las Operaciones Puedan Ejecutarse, In Revista de Las Armas y de Los Servicios, Ejército de Tierra Español, Octubre de 1995, Año LVI, n.º 666, pág. 51 a 52.
- 📁 AAVV, Estruturando a Divisão XXI, In Military Review Brazilian, 2nd Quarter 1999, n.º 2, pág. 12 a 22.
- 📁 PASCOAL, TCor Domingos Luís Dias, Reflexões sobre o Sistema de Apoio Logístico, In Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, n.º 48, Maio de 99, pág. 87 a 96.
- 📁 RAMOS, Maj Alfredo Gonçalves, a Interoperabilidade dos sistemas C3 na Logística de Forças Multinacionais, In Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, n.º 31, Maio de 94, pág. 25 a 36.
- 📁 AAVVL, Apoio Logístico a um Contingente Nacional Fora do Território Nacional, In Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, n.º 40, Novembro de 96, pág. 79 a 129.
- 📁 BARRENTO, Cor Martins, Alguns Comentários sobre Forças Multinacionais, In Nação e Defesa, n.º 68, Outubro/Dezembro 1993, pág. 123 a 138.

#### **Ficheiros da INTERNET consultados**

- 📁 <http://www.un.org/>
- 📁 <http://www.osce.org/indexe-si.htm>
- 📁 <http://www.dtic.mil/doctrine/joint.htm>
- 📁 <http://www.nato.int/docu/logi-en/logist97.htm>
- 📁 <http://www.nato.int/docu/stanag/aap006/aap6.htm>
- 📁 <http://www.weu.int/milstaff/eng/home.htm>

### Legislação

- ☑ Decreto Regulamentar nº 21/94, de 01 de Setembro, Atribuições, Organização e Competências do Estado Maior da Armada.
- ☑ Decreto Regulamentar nº 22/94, de 01 de Setembro, Atribuições, Organização e Competências da Superintendência dos Serviços de Pessoal
- ☑ Decreto Regulamentar nº 43/94, de 2 de Setembro, Atribuições, Organização e Competências do Estado Maior do Exército.
- ☑ Decreto Regulamentar nº 44/94, de 2 de Setembro, Atribuições, Organização e Competências do Comando de Pessoal, Comando da Logística e Comando da Instrução do Exército.
- ☑ Decreto-Lei nº153/91, de 23 de Abril, Conselho Nacional de Planeamento Civil Emerg.
- ☑ Decreto-Lei nº47/93, de 26 de Fevereiro, Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional
- ☑ Decreto-Lei nº48/93, de 26 de Fevereiro, Lei Orgânica do Estado Maior General das Forças Armadas.
- ☑ Decreto-Lei nº50/93, de 26 de Fevereiro, Lei Orgânica do Exército.
- ☑ Directiva de Planeamento de Forças – DPF/CEMGFA/99
- ☑ Directiva de Prontidão e Sustentação – DPS/CEMGFA/97
- ☑ Directiva Ministerial de Defesa Militar – DMDM/99
- ☑ Directiva Nº2/98, do Gen COFT – Participação do Exército no exercício STRONG RESOLVE 98 - Anexo E (Apoio Logístico) de 28 de Janeiro de 1998.
- ☑ Directiva Nº3/88, do Gen COFA de 22 de Setembro de 1988.
- ☑ Directiva Operacional nº 11/CEMGFA/98 – Equipa de Ligação para o Congo (ELIPAC).
- ☑ Directiva Operacional nº 12/CEMGFA/98 – Operação de Protecção/Evacuação de Cidadãos Nacionais da República Democrática do Congo.
- ☑ Directiva Operacional nº 12/CEMGFA/99 – Forças de Operações Especiais – Operações Conjuntas
- ☑ Directiva Operacional nº 14/CEMGFA/97 – Estrutura e Níveis de Comando e Controlo para Gestão de Crises e Exercícios Conjuntos.
- ☑ Directiva Operacional nº 14/CEMGFA/99 – Operação de Apoio à Restauração e Manutenção da Ordem e Segurança em Timor-Leste (Op. Cangurú)
- ☑ Directiva nº 10/VC/95 – Sustentação Logística a Unidades do Exército em Missões de Gestão de Crise e Operações de Apoio à paz.
- ☑ Directiva para o Exército em 1999 do Gen CEME de 17 de Dezembro de 1998.

- ☑ Lei 111/91, de 29 de Agosto, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas.
- ☑ Lei 29/82, de 11 de Dezembro, Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.
- ☑ Lei Constitucional 1/97, de 20 de Setembro, Constituição da República Portuguesa.
- ☑ Missões Específicas das Forças Armadas – MIFA/97

### **Documentação Militar**

- ☑ Plano de Contingência Crocodilo do EMGFA – 29 de Abril de 1998
- ☑ Plano de Contingência Grifo do EMGFA – 28 de Julho de 1998
- ☑ Plano de Contingência Impala do EMGFA – 14 de Setembro de 1993
- ☑ AAVV, MC- 120-1, Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército (BGSLE), EME, Lisboa, 1989.
- ☑ AAVV, Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército (projecto), EME, Lisboa, 1995
- ☑ NATO, ALP-9 (C) (DRAFT), Land Forces Logistic Doctrine, version: 18-03-98
- ☑ NATO, AJP-4 (A), Allied Joint Logistic Doctrine, September 1998
- ☑ NATO, MC 319/1, NATO Principles and Policies for Logistics, 01 April 97.
- ☑ NATO, MC 389, Directive for Military Implementation of Alliance's Combined Joint Task Forces Concept, 25 November 1996
- ☑ AAVV, Joint Pub 4-0, Doctrine for Logistic Support of Joint Operations, 27 January 1995
- ☑ AAVV, Manual Sobre Procedimentos do Apoio Administrativo-Logístico às Forças Nacionais Destacadas em Missões Humanitárias e de Paz Fora do Território Nacional, no Quadro dos Compromissos Internacionais Assumidos por Portugal, Centro de Gestão de Logística Geral do Comando da Logística, Lisboa, 1998
- ☑ AAVV, ME- 60-10-00, Logística - Noções Gerais, IAEM, Lisboa, 1990.

### **Outras Referências**

- ☑ CARDOSO, Cor. ENGAER António Manuel de Sequeira, A Logística ao Nível do EMGFA, Conferência proferida no IAEM, Dezembro de 1994
- ☑ AAVV, Logística nas Operações Conjuntas, Estágio dos Estados-Maiores Conjuntos 99.
- ☑
- ☑ AAVV, Relatório Final da Força de Recolha da Guiné (FORREG), CIOE, Lamego, 13Jul98.
- ☑ AAVV, Relatório Final de Missão da Equipa de Ligação para o Zaire (ELIPAZ)
- ☑ NUNES, Cap Frag FZ Luís A Loureiro, Relatório Final da Força de Recolha do Zaire (FORREZ), EMGFA, Lisboa, 17Jun97.

- ☑ SANTOS, Brig/PILAV Eduardo E. S. dos, Ensinaamentos retirados da Operação “Leopardo”, EMGFA, Lisboa, 23Jul97
- ☑ Memorando nº48/CEMGFA/98 – Actuação das Forças Armadas Portuguesas para a Recolha de Cidadãos durante a Crise na Guiné Bissau
- ☑ AAVV, Ensinaamentos Retirados da Prestação do Apoio Logístico às Operações de Manutenção de Paz
- ☑ AAVV, Compêndio das Lições Ministradas Durante o Apoio Logístico às Operações de Paz

### **Trabalhos e Monografias**

- ☑ ALBUQUERQUE, Maj Fernando M. R. P. de, Participação em Forças Operacionais Conjuntas e Combinadas. Implicações e Incidências na Formação do Oficial de Estado-Maior, CEM 97/99, IAEM, Lisboa, 1999.
- ☑ NADIN, Maj Martin, O Sistema Logístico Britânico na Divisão e o Processo de Estudo da Logística, CEM 98/2000, IAEM, Lisboa, 1999.
- ☑ OLIVEIRA, Maj Rui Eduardo S., As Doutrinas Logísticas da NATO e da UEO, CEM 96/98, IAEM, Lisboa, 1998.
- ☑ MOREIRA, CTEN Carlos, A Logística da Marinha Portuguesa, CEM 98/2000, IAEM, Lisboa, 1999.
- ☑ DOMINGOS, Cor. Victor Manuel, Sistemas de Apoio Administrativo e Logístico. Conceitos e Organização nas Grandes Reorganizações Militares Portuguesas do Séc. XX e no Exército do ano 2000, CSCD 1990/91, IAEM, Lisboa, 1991.
- ☑ RAMOS, Cor. António Luciano Fontes, Participação Portuguesa em Forças Multinacionais. Implicações no âmbito do Pessoal, da Logística e da Formação, CSCD 1995/96, IAEM, Lisboa, 1996.
- ☑ SILVÉRIO, Cor. Jorge Manuel, A Participação do Exército em Forças Multinacionais e o Aperfeiçoamento do Sistema Logístico, CSCD 1996/97, IAEM, Lisboa, 1997.
- ☑ PIROTO, Cor. João Maria de Vasconcelos, O Apoio Logístico a Forças Nacionais Destacadas (FND) Face à Complexidade e Variabilidade dos Teatros de Operações (TO), CSCD 1998/99, IAEM, Lisboa, 1999.
- ☑ AAVV, Análise Crítica das Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército, CEM 97/99, IAEM, Lisboa, 1999.
- ☑ AAVV, Plano de Logística de Médio Prazo, CEM 95/97, IAEM, Lisboa, 1995.



- ☑ AAVV, Vantagens e Inconvenientes do CE Nacional Não Ser Elo da Cadeia de Apoio de Serviços, CEM 95/97, IAEM, Lisboa, 1995.
- ☑ AAVV, Brigada Mecanizada Independente, Secretarias ou CGM? Vantagens e Inconvenientes, CEM 95/97, IAEM, Lisboa, 1995.
- ☑ AAVV, O CE do Actual Sistema de Forças Terrestres - Vantagens e Inconvenientes de Não Ser Elo da Cadeia Logística, , CSCD 1996/97, IAEM, Lisboa, 1996.
- ☑ AAVV, Operações Conjuntas e Combinadas – Conceito CJTF, CEM 98/2000, IAEM, Lisboa, 1999.
- ☑ AAVV, Estrutura do sistema Logístico Nacional vs Sistema Logístico da OTAN, CEM 98/2000, IAEM, Lisboa, 1999.

**ANEXOS**

## ANEXO A<sup>1</sup> – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

### **1. Identificação dos órgãos da estrutura superior da Organização das Nações Unidas (ONU) com interesse na área da Logística**

#### **a. Secretário Geral da ONU**

Detém a principal responsabilidade de controlo e direcção das operações de apoio à paz em todos os aspectos, incluindo os de âmbito logístico. Para os aspectos relacionados com este tipo de operações, o Secretário Geral faz-se valer do auxílio de vários departamentos da estrutura dos quais se destaca o Departamento de Operações de Apoio à Paz.

#### **b. Departamento de Operações de Apoio à Paz (Department of Peacekeeping Operations – DPKO)**

Este departamento é responsável pelo planeamento, preparação e condução das operações, estabelecendo a comunicação entre a força e a estrutura superior da ONU. Este departamento é chefiado por um Subsecretário Geral e está organizado em dois Gabinetes: o Gabinete de Planeamento e Apoio e o Gabinete de Operações. Destes, assume especial importância no âmbito logístico, o primeiro, tendo na sua estrutura duas divisões; a Divisão de Planeamento e Divisão de Administração e Logística de Campanha.

#### **c. Divisão de Administração e Logística de Campanha (Field Administration and Logistics Division – FALD)**

A esta divisão compete a coordenação e supervisão das questões logísticas que dizem respeito às operações de apoio à paz, nomeadamente:

- Planeamento e organização das estruturas de apoio administrativo-logístico;
- Nomeação do pessoal para as principais funções civis nas forças ou missões;

---

<sup>1</sup> Baseado no trabalho do Grupo de Trabalho n.º 4 do CEM 97/99, “Análise Crítica das Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército”.

- Proposta de orçamento para as forças/missões;
- Gestão financeira;
- Estabelecimento de contratos e acordos com os Estados participantes nas forças/missões ou potenciais contribuintes quanto à natureza e grau de participação e seu custeamento através de Letters of Assist (LOA)
- Elaboração de instruções e orientações (Guidelines), com a finalidade do aprontamento, transporte e sustentação da força;
- Gestão do apoio logístico à força/missão

## **2. Identificação da organização logística ao nível da Força/Missão**

### **a. Componente civil**

A componente civil é chefiada pelo Oficial Administrativo da Força/Missão (Chief Administrative Officer – CAO). O CAO está na dependência do Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas e, é responsável por:

- Todos os assuntos administrativos e financeiros da força/missão;
- Serviços gerais e técnicos;
- Satisfação dos requisitos necessários à implementação, efectiva e económica da execução do apoio, à força/missão;
- Coordenação e envio dos pedidos formulados pela força/missão à Field Administration and Logistic Division;
- Elaboração de relatórios periódicos sobre todos os assuntos administrativos e financeiros

Para além destas, e com vista a manter as reservas de abastecimentos nos níveis adequados, actua como elo de ligação entre a força/missão e a nação hospedeira, diligenciando:

- Obtenção de recursos locais;
- Acordos financeiros (pagamentos/reclamações);
- Transporte civil (aluguer);
- Emprego de civis locais;
- Alojamento e aluguer de instalações;
- Utilização de comunicações civis;
- Serviço postal e bem-estar (centros de licença);

**b. Componente militar**

Esta vertente assume duas componentes, uma ao nível de Estado-Maior e outra ao nível da execução. A primeira é chefiada pelo Chefe de Estado-Maior Militar (Chief of Staff – COS) o qual dispõe, para a componente logística, de um Oficial de Logística (Chief Logistics Officer – CLO). O CLO é o primeiro responsável logístico pelo planeamento, direcção e implementação do apoio logístico à força, tendo como atribuições especiais, as seguintes:

- Elabora os planos logísticos da força que, após aprovação pelo comandante, os remete ao Chief Administrative Officer (CAO), para execução na parte que ao mesmo respeita ou para aprovação nos aspectos sujeitos a controlo orçamental;
- Acompanha a execução dos planos logísticos, coordenando com os elementos subordinados ao CAO, os aspectos relacionados com as aquisições e requisitos técnicos do material e equipamentos a fornecer à força/missão;
- Estabelece a Base Logística (Force Maintenance Area – FMA), no local disponibilizado pela nação hospedeira, sendo directamente responsável, pela sua organização e funcionamento;

A segunda (a componente de execução logística), de uma forma geral, comporta unidades de apoio logístico, podendo estas constituir-se numa ou em várias bases logísticas.

### (1) Unidades de apoio logístico

Estas unidades de apoio, comportam:

- Unidades logísticas, abrangendo as funções reabastecimento, manutenção e transporte;
- Unidades de apoio sanitário;
- Unidades de controlo de movimentos;
- Unidades de engenharia, no que respeita a serviços de construção e reparação de instalações;
- Unidades de aviação, que contribuem com o apoio no âmbito das funções transporte e evacuação e hospitalização

### (2) Bases Logísticas

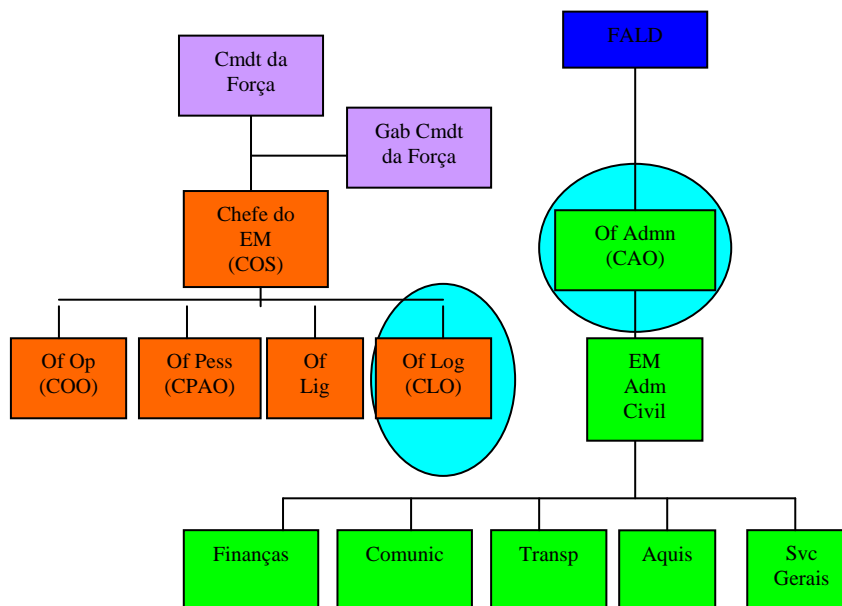
Uma Base Logística é constituída por um conjunto de sub-unidades, variáveis em escalão, natureza, número e nacionalidade, conforme o tipo e volume da operação. Basicamente, compreendem elementos capazes de garantir a recepção, armazenagem e distribuição de abastecimentos e a prestação de Apoio Directo (A/D) nas várias funções logísticas e serviços variados. Por vezes, torna-se necessário articular o apoio em várias bases logísticas, particularmente, quando a extensão territorial é grande e o dispositivo é disperso. Assim, poderão ser levantadas, uma Base Logística Principal, com a função de estabelecer a ponte entre o exterior e a área de operações e de prestar serviços cuja execução centralizada se torna mais económica e, Bases Logísticas avançadas, para prestar o apoio a um conjunto de unidades na modalidade de apoio de área.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A existência de uma Base Logística Principal e Bases Logísticas Avançadas, não significa, contudo, que todos os abastecimentos recebidos nestas sejam provenientes da primeira ou que prestem um apoio de serviços de nível inferior.

### c. Estrutura Administrativo-Logística

Não se encontra definida uma estrutura administrativo-logística padronizada para todas as operações. Contudo, o sistema logístico ao nível de cada força/missão é constituído por norma, por uma **vertente civil** e uma **vertente militar**



## 3. Implantação do sistema de apoio logístico

### a. Fase inicial

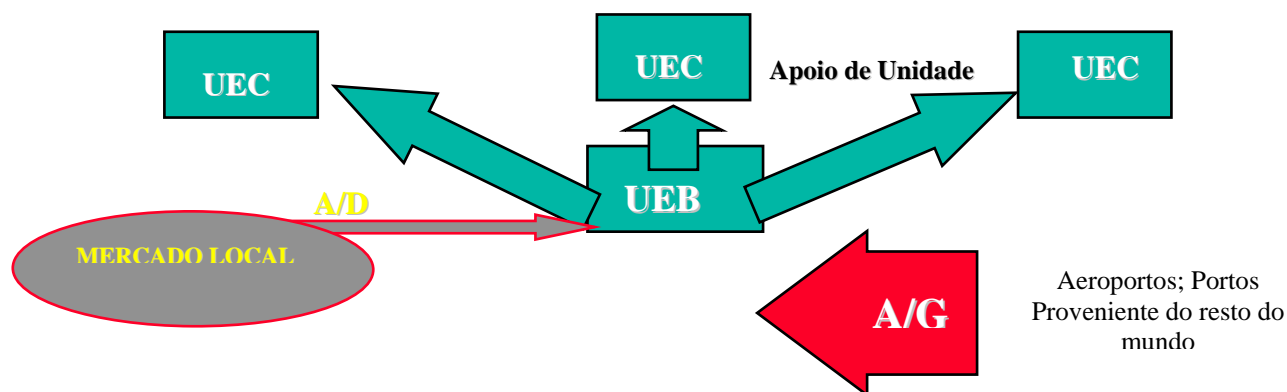
Nesta fase, em virtude de ainda não estarem accionadas as estruturas de apoio, os contingentes terão que subsistir à custa dos seus próprios meios. À medida que o sistema de apoio de serviços começa a estar operativo, dá-se início ao apoio aos contingentes, de acordo com as normas estabelecidas pelo Chief Logistics Officer.

De uma forma geral, os níveis de abastecimentos estabelecidos pela Field Administration and Logistic Division são os constantes da seguinte figura

CLASSES DE ABAST	FASE INICIAL (dias)	DEPOIS DE O SISTEMA DE APOIO ESTAR A OPERAR (dias)
CLASSE I	60	30
CLASSE III	60	30
CLASSE VIII	90	90
CLASSE IX	60	60
ÁGUA	14	-

#### b. Articulação geral do apoio

A articulação é variável consoante a situação. De uma forma geral, pode ser representada como na figura seguinte:



### 4. Fluxo do apoio logístico

#### a. Reabastecimento

Os abastecimentos a fornecer aos contingentes são divididos em duas categorias:

- Consumíveis – fornecidos de acordo com as tabelas estabelecidas ao nível da força/missão;
- Não-consumíveis – fornecidos mediante requisição.

Os artigos de Classe I são fornecidos pela ONU de acordo com as suas tabelas, podendo estas ser compatibilizadas com as dos países de origem a seu pedido tendo em conta as suas especificidades.



**b. Transporte**

Fornece apoio adicional.

**c. Manutenção**

A cargo da Nação.

**d. Serviços**

De uma forma geral, o apoio deste âmbito é garantido pelo próprio contingente. Em especial devem estar preparados para a confecção de alimentos e pão, para facultar serviços de banhos e lavanderia e, particularmente, nas fases iniciais da operação, devem estar equipados com material de bivaque adequado.

**e. Evacuação e Hospitalização**

O tratamento de indisponíveis que exceda a capacidade dos contingentes será feito nas unidades sanitárias da força ou em estruturas hospitalares civis sob contrato. Para os indisponíveis de maior gravidade, desde que as condições o permitam, poderão ser evacuados para o próprio país.

## ANEXO B<sup>1</sup> – UNIÃO EUROPEIA OCIDENTAL

### 1. Recursos Logísticos

Para a União Europeia Ocidental (UEO) os recursos são divididos em duas categorias, a saber:

- Recursos Comuns

Recursos de utilização diferenciada, independentemente da nacionalidade, tais como combustíveis, equipamentos, sobressalentes, medicamentos, água, materiais de engenharia, alimentação confeccionada, transportes, apoio sanitário, hospitalização e lavanderia e banhos;

- Recursos Específicos

Recursos referentes a um número restrito de utilizadores, tais como os equipamentos dos sistemas de armas, equipamentos especiais e abastecimentos para os materiais orgânicos principais.

### 2. Responsabilidades logísticas

#### a. Estados Membros

- Garantir cuidados médicos de rotina
- Constituição e transporte dos níveis iniciais de abastecimentos para o Teatro de Operações
- Manutenção, em permanência, de uma adequada reserva de abastecimentos
- Obtenção dos recursos logísticos específicos para a sustentação da sua força
- Tratamento definitivo e reabilitação

---

<sup>1</sup> Baseado no trabalho do Grupo de Trabalho n.º 4 do CEM 97/99, “Análise Crítica das Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército”.

#### **b. Comandante da Operação**

- Gestão dos recursos logísticos no Teatro de Operações
- Obtenção de recursos comuns e estabelecimento de contratos (Pode delegar esta competência no Comandante da Força )
- Movimento e transporte estratégico das forças e abastecimentos
- Definição dos níveis iniciais de abastecimentos

#### **c. Comandante da Força**

- Distribuição dos recursos e serviços no Teatro de Operações
- Garantir apoio sanitário visando a salvaguarda da vida e a evacuação

### **3. Autoridades intervenientes na prestação de apoio logístico às forças**

- As Nações;
- O seu Conselho;
- A Célula de Planeamento;
- O Comandante da Operação;
- O Comandante da Força.

### **4. O comando e o controlo**

#### **a. Antes da nomeação do Comandante da Operação**

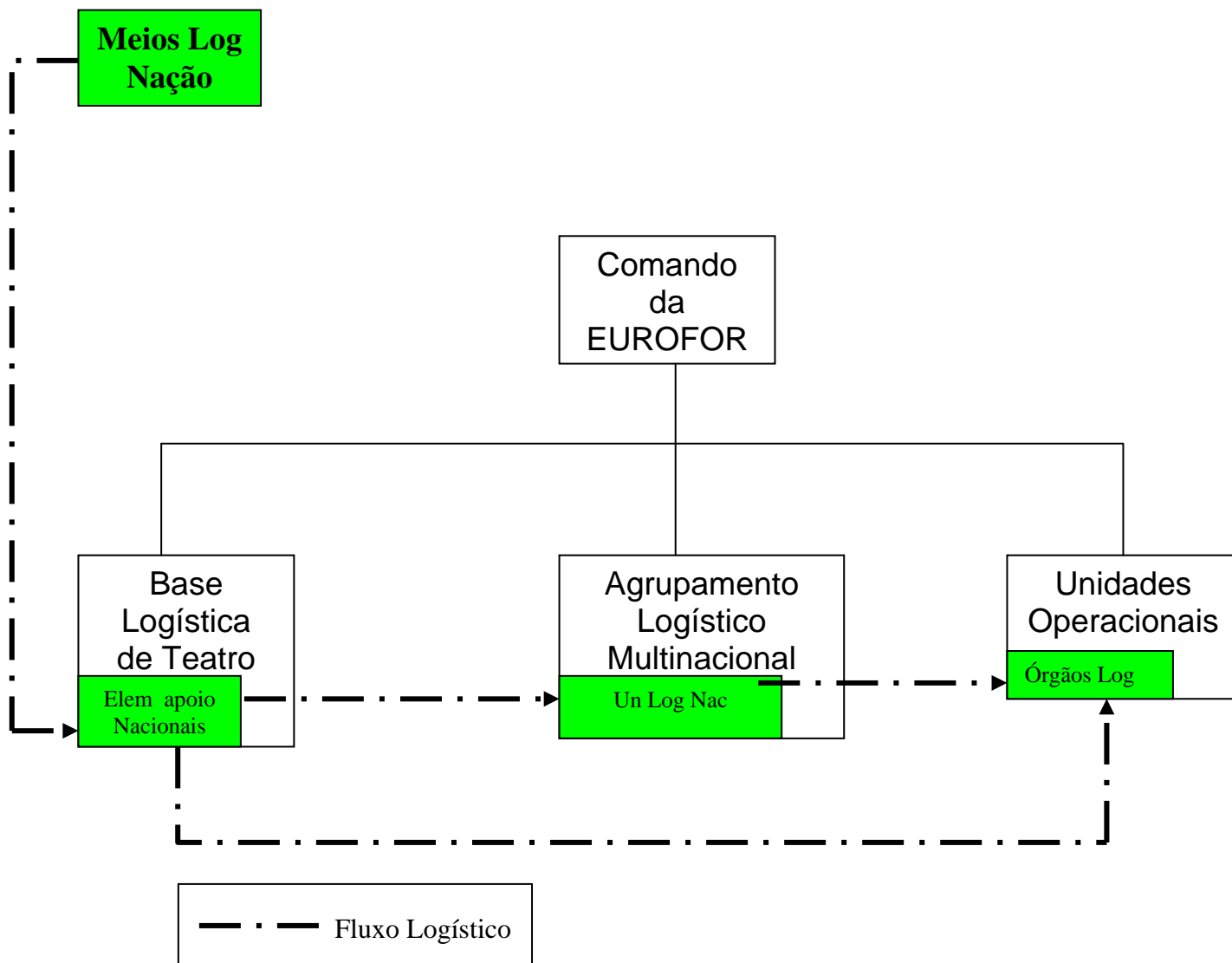
Planeamento centralizado na Célula de Planeamento da União Europeia Ocidental, através da sua Secção de Logística que, para o efeito, é reforçada com elementos representantes dos Estados Membros participantes na operação;

**b. Após a nomeação do Comandante da Operação**

O planeamento e a gestão do apoio logístico é efectuada por uma Célula Logística sob o comando do Comandante da Operação;

**c. Durante a condução da operação num determinado Teatro de Operações**

O planeamento e a gestão do apoio logístico são efectuados por um Comandante do Apoio Logístico, colocado sob o comando do Comandante da Força, que é apoiado por um estado-maior para o apoio logístico, com base em elementos de um determinado país agregando elementos representantes das forças em presença.

ANEXO C<sup>1</sup> – EUROPEAN RAPID OPERATIONAL FORCE

1. O Agrupamento Logístico Multinacional, deverá ser composto pelas unidades logísticas das diferentes nações, que executarão o apoio logístico estritamente nacional, bem como o de carácter multinacional que fique acordado. O seu comando será decidido caso a caso, podendo corresponder à Lead Nation com dependência do comando da European Rapid Operational Force (EUROFOR) para a direcção da manobra logística, cuja coordenação

<sup>1</sup> Baseado no trabalho do Grupo de Trabalho n.º 4 do CEM 97/99, “Análise Crítica das Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército”.

será realizada pelo seu Estado-Maior. Neste Agrupamento poderão existir representantes nacionais.

2. Para o planeamento e controlo da execução do apoio logístico, contribuirão as células logísticas aos diversos escalões organizados na European Rapid Operational Force, sempre inseridos nos núcleos em que aqueles se articulem. Ao mesmo tempo é possível que cada nação crie, em cada posto de comando, um destacamento de ligação que possa coordenar e controlar o apoio logístico nacional.
3. Na execução do apoio podem-se atribuir tarefas às nações, de forma que se crie uma especialização temporal nas funções ou actividades logísticas interoperáveis. Da mesma forma, é também possível considerar a hipótese de estabelecer o apoio através do conceito de Lead Nation, coordenando acções especializadas ou assegurando mesmo todo ou parte do apoio logístico. Para efectuar esta distribuição de tarefas seria necessário considerar funções logísticas interoperáveis para o apoio multinacional tais como:
  - Reabastecimento de víveres e água;
  - Reabastecimento de combustíveis e lubrificantes;
  - Fabrico de pão, lavandaria e banhos;
  - Transporte;
  - Apoio sanitário;
  - Em certos casos poderá considerar-se o reabastecimento de munições, assim como a recolha e evacuação de material.

ANEXO D<sup>1</sup> – ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE**1. Identificação dos órgãos da estrutura superior da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com interesse na área da Logística**

Ao nível da estrutura superior, civil e militar, da OTAN, referem-se de seguida os seguintes órgãos:

**a. Estrutura Civil**

- North Atlantic Council (NAC)

Este órgão tem subordinado a si três organismos, a saber:

- Senior NATO Logisticians Conference - responsabilidades de coordenação de vários aspectos relacionados com a Logística de Consumo;
- NATO Standardization Group - responsabilidades ao nível da normalização de aspectos ligados à Logística de Produção, incluindo a elaboração e difusão dessas normas (STANAG);
- Conference of National Armaments Directors - responsabilidades ao nível da Logística de Produção, especificamente ligada ao aspecto da interoperabilidade dos armamentos.

- International Staff (IS)

Este órgão tem subordinados a si duas secretarias, a saber:

- Assistant Secretary General for Defense Support - responsabilidades ao nível da Logística de Produção, no tocante ao aconselhamento sobre investigação, desenvolvimento, produção, aquisição e outros aspectos relativos aos sistemas de defesa aérea e comando, controlo e comunicações. Promove o uso mais eficiente dos recursos da Aliança para os equipamentos das suas forças;

---

<sup>1</sup> Baseado no trabalho do Grupo de Trabalho n.º 4 do CEM 97/99, “Análise Crítica das Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército”. e do Grupo de Trabalho n.º 3 do CEM 99/2000, “Estrutura do Sistema Logístico Nacional vs. Sistema Logístico da OTAN”.

- Assistant Secretary General for Infrastructure, Logistics & Civil Emergency Planning - responsabilidades ao nível da Logística de Consumo, em especial relativo às áreas das infra-estruturas, planeamento civil de emergência e desenvolvimento de planos e políticas de carácter logístico, relativos ao aumento da eficácia das forças da Aliança.

#### b. Estrutura Militar

##### (a) Órgãos de Estado-Maior

- International Military Staff (IMS)

Sob a direcção deste órgão encontram-se duas divisões de carácter logístico, a saber:

- Logistics & Resources Division - responsabilidades ao nível da Logística de Consumo, perante o Comité Militar, no tocante ao apoio de serviços, infra-estruturas, finanças e mão-de-obra;
- Armament & Standardization Division - responsabilidades ao nível da Logística de Produção, fornecendo apoio de Estado-Maior ao Comité Militar, relativamente à elaboração de políticas de normalização para o armamento.

##### (b) Major NATO Commands ( MNC) - Allied Command Atlantic (ACLANT) e o Allied Command Europe (ACE)

Ao nível destes comandos existem dois órgãos de gestão, direcção e coordenação logística, a saber:

- Movement Coordination Centre (MCC)
- Logistics Coordination Centre (LCC)

Estes órgãos são constituídos por elementos pertencentes ao comando, por outros representativos de outros níveis da estrutura e mesmo das próprias nações, nomeadamente, representantes dos Major Subordinate Commands, da NATO Maintenance and Supply Agency, do International Staff, do International Military Staff, e das Nações.



## 2. Arquitectura do apoio logístico a uma força multinacional sob o comando da OTAN

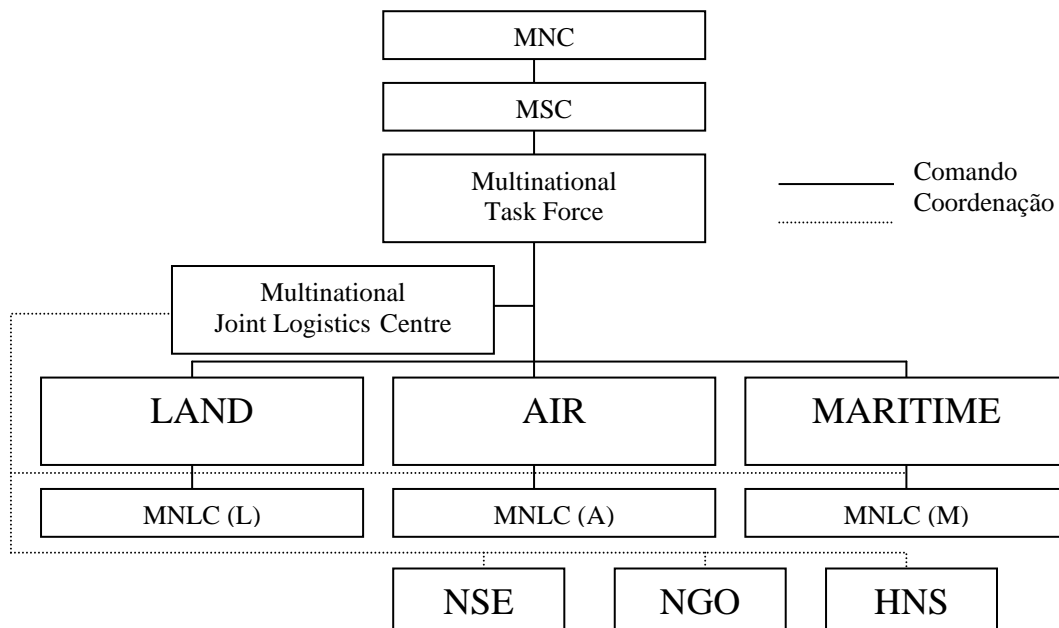


Fig 1

- Multinational Joint Logistics Center (MJLC)

Componente de uma organização logística de uma força, funcionando como autoridade coordenadora dos movimentos, apoio de serviços e apoio sanitário, entre os componentes da força, permitindo a ligação aos centros de apoio logístico dos escalões subordinados (ramos) e aos elementos de apoio nacionais, organizações não-governamentais e órgãos de apoio da nação hospedeira.

- Multinacional Logistics Center (MNLC)

Componente da organização logística de uma força multinacional, individualizado para cada ramo.

- National Support Element (NSE)

Grupo nacional de apoio logístico funcional, localizado ao nível do Quartel General da Força e na respectiva área de responsabilidade

3. Conceito geral do apoio logístico

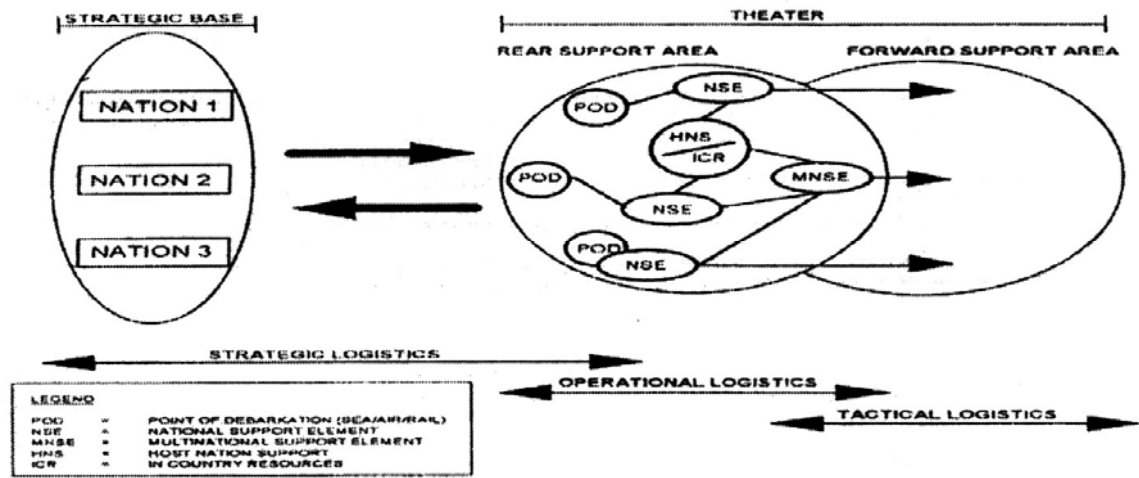


Fig 2

4. Divisão Territorial do TO

Zona Logística Com-	Compartimento			
	Compartimento			
	Compartimento			
	Compartimento			
Zona Logística Com-	Zona Logística Com-	Zona Logística Com-	Divisão	
			Divisão	Divisão
Zona Logística Com-	Zona Logística Com-	Zona Logística Com-	Divisão	Divisão

Fig 3

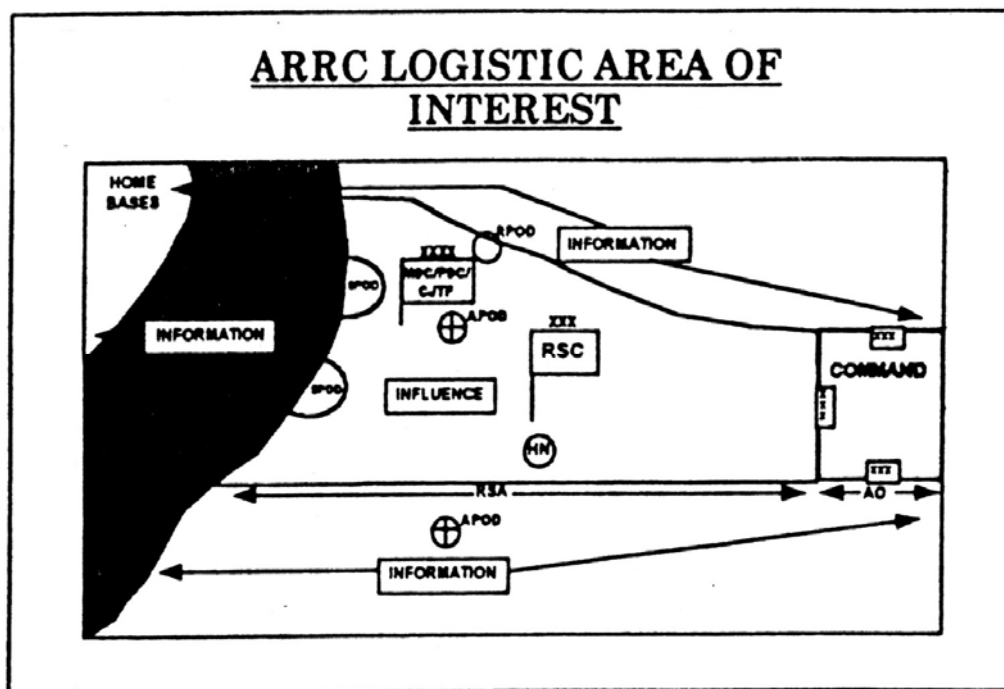
ANEXO E<sup>1</sup> – ALLIED COMMAND EUROPE RAPID REACTION CORPS

Fig. 1

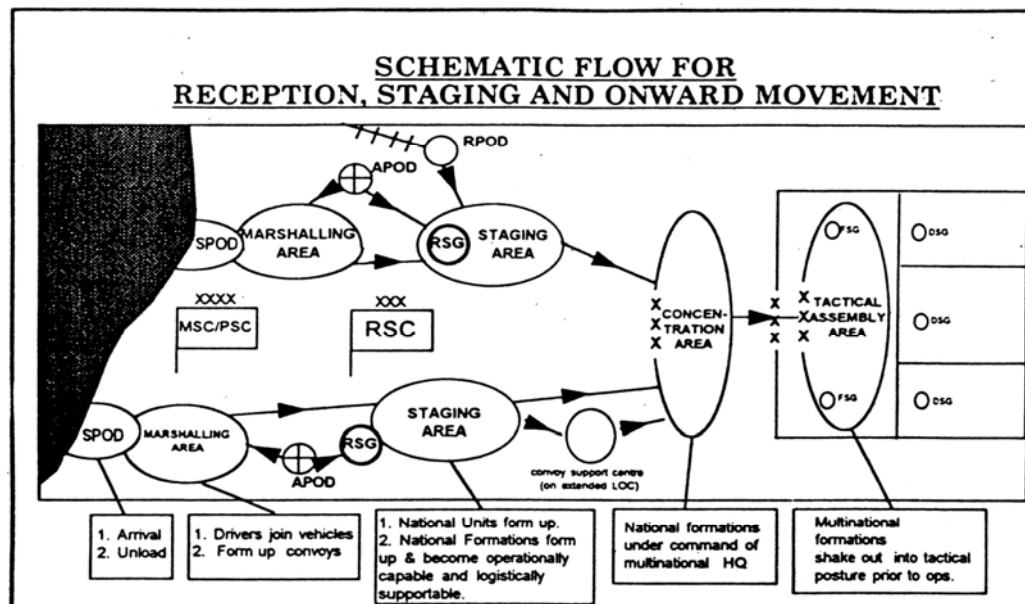


Fig. 2

<sup>1</sup> Baseado no trabalho do Grupo de Trabalho n.º 4 do CEM 97/99, "Análise Crítica das Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército". e do Grupo de Trabalho n.º 3 do CEM 99/2000, "Estrutura do Sistema Logístico Nacional vs. Sistema Logístico da OTAN".

## TYPES OF RSG

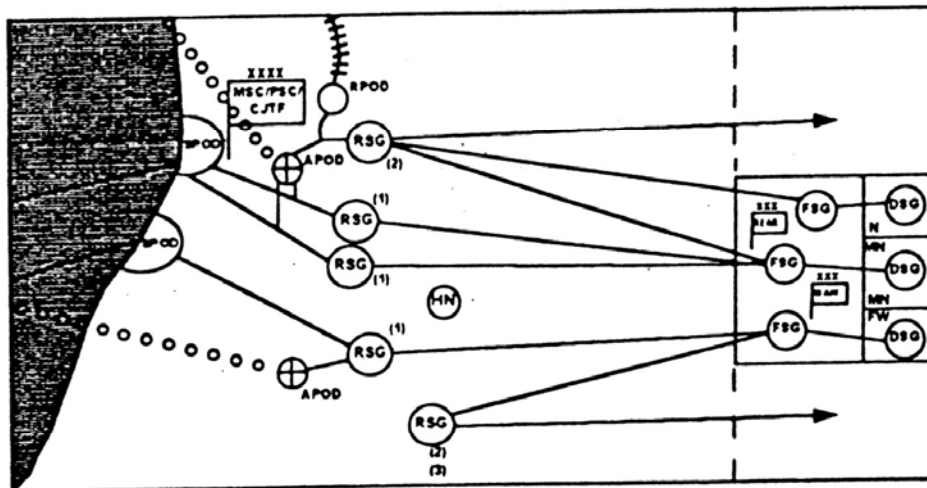


Fig. 3

**Notes:**

- (1) RSG exclusively in support of the ARRC.
- (2) RSG in support of the ARRC and other formations.
- (3) Static (non-deployed, home based) RSG. This may be in support of other formations as well as the ARRC.

**N** = National Division. This is a national division assigned to the ARRC.

**MN** = Multi-national Division. This is a division composed of several national elements, eg MND(C), MND(S).

**FW** = Framework Division. This is a mainly national division with units of another nation under command, eg 3(UK)Div with its Italian Recce Brigade.

## **1. ORGANIZAÇÃO DO APOIO DE SERVIÇOS**

### **a. Introdução**

A principal finalidade do apoio de serviços é assegurar que as operações militares obtenham sucesso.

O apoio logístico não deverá ser tão reduzido que impeça o comandante de cumprir a sua missão, nem tão excessivo que sobrecarregue a capacidade das forças de se deslocarem, se protegerem e de serem empregues eficientemente. Um sistema logístico deve permitir fazer face aos altos e baixos do decurso de uma operação, sem necessidade de aumentar a sua estrutura básica de apoio.

### **b. Organização geral do apoio de serviços**

Por outro lado, o apoio de serviços deve ser escalonado da retaguarda para a frente, apoiado em estruturas existentes ou a criar em caso de necessidade, com uma organização, constituição e missões perfeitamente definidas.

A estrutura geral de apoio logístico, que apoia o Allied Command Europe Rapid Reaction Corps (ARRC), é baseada em duas organizações principais:

- Centralised Corps Level Combat Service Support (CCLCSS)

As unidades de apoio de serviços centralizado ao nível do Corpo de Exército (CCLCSS) são dirigidas pelo Quartel General (QG) Principal do ARRC, de modo a assumirem tarefas que são melhor controladas de uma forma centralizada e para fornecer apoio logístico mais económico às unidades de apoio de combate do Corpo de Exército.

É a seguinte a estrutura do CCLCSS integrada no QG Principal do ARRC:

- Centro de Apoio Logístico:

Grupo de Reabastecimento e Transporte

Grupo Médico

- Centro de Operações de Movimento:

Batalhão de Controlo de Movimentos

Batalhão de Polícia Militar

Companhia de Manutenção e Recolha

Estas unidades não prestam, em princípio, qualquer apoio às unidades nacionais.

- Forward Support Group (FSG)

É uma unidade de apoio de serviços autónoma, de característica nacional, estrutural ou multinacional, preparada para ser atribuída a uma determinada Divisão. Deve ser estruturada para fornecer apoio de serviços de nível Corpo de Exército à sua Divisão ou às tropas de Corpo, de acordo com a Declaração de Apoio do Allied Command Europe Rapid Reaction Corps que será definida durante a fase de planeamento de cada operação.

É a seguinte a estrutura padrão de um FSG:

- Comando:

Comando e Companhia de Comando

Companhia de Transmissões

- Apoio de Serviços do Corpo de Exército:

Batalhão de Reabastecimento

Companhia de Material e Equipamento

Companhia de Recursos de Engenharia

2 Batalhões de Transporte

3 Hospitais de Campanha

Companhia de Ambulâncias

Companhia de Transportes Pesada

- Apoio e Defesa:

Batalhão de Infantaria

Bateria de Anti Aérea

Companhia de Engenharia

Esquadrão de Polícia do Exército

Companhia Médica / Ambulâncias de Campanha

Companhia de Manutenção

A estrutura de um Forward Support Group depende igualmente da doutrina, capacidade, equipamento e declaração de sustentação nacionais.

**c. Organização de tempo de paz**

A organização de tempo de paz é necessariamente reduzida e adaptada às necessidades inerentes a essa situação. Deve estar preparada para aumentar, conforme as necessidades, mas sempre de um modo equilibrado, permitindo uma perfeita integração com o desenvolver do Teatro de Operações.

**d. Organização em tempo de crise**

A organização para tempo de crise é semelhante à de tempo de paz, apenas sendo reforçada em efectivo.

Nesta fase iniciam-se as seguintes actividades do âmbito logístico:

- planeamento para emprego num possível conflito das forças do Allied Command Europe Rapid Reaction Corps (ARRC);
- mobilização dos recursos humanos e materiais em falta;
- deslocamento e pré-posicionamento de unidades e meios necessários para o apoio ao emprego da força.

**e. Organização em tempo de guerra ou operações de apoio à paz**

Em tempo de guerra ou operações de apoio à paz, para além das estruturas constituídas em tempo de paz, são activadas as necessárias ao completo apoio logístico das forças do ARRC (Corpo de Exército, Divisões e Brigadas), ficando o espectro completo com a seguinte constituição:

- Centralised Corps Level CSS (CCLCSS)
- Rear Support Group (RSG) - um por cada nação participante
- Forward Support Group (FSG) - em princípio, um por cada Divisão
- Division Support Group (DSG) - um por cada Divisão
- Batalhão de Apoio de Serviços Avançado - um por Brigada

O conceito genérico de emprego destas estruturas encontra-se nas fig. 4 (tempo de guerra) e fig. 5. (operações de apoio à paz)



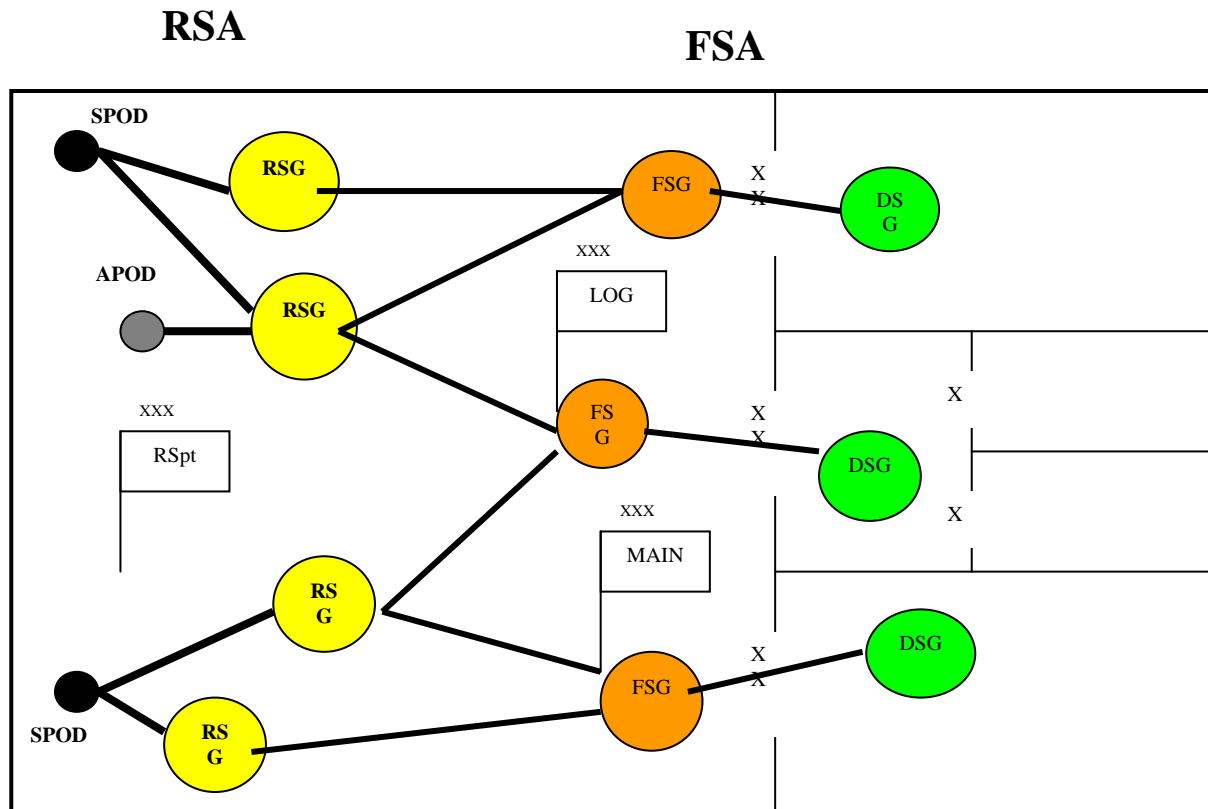


Fig. 4

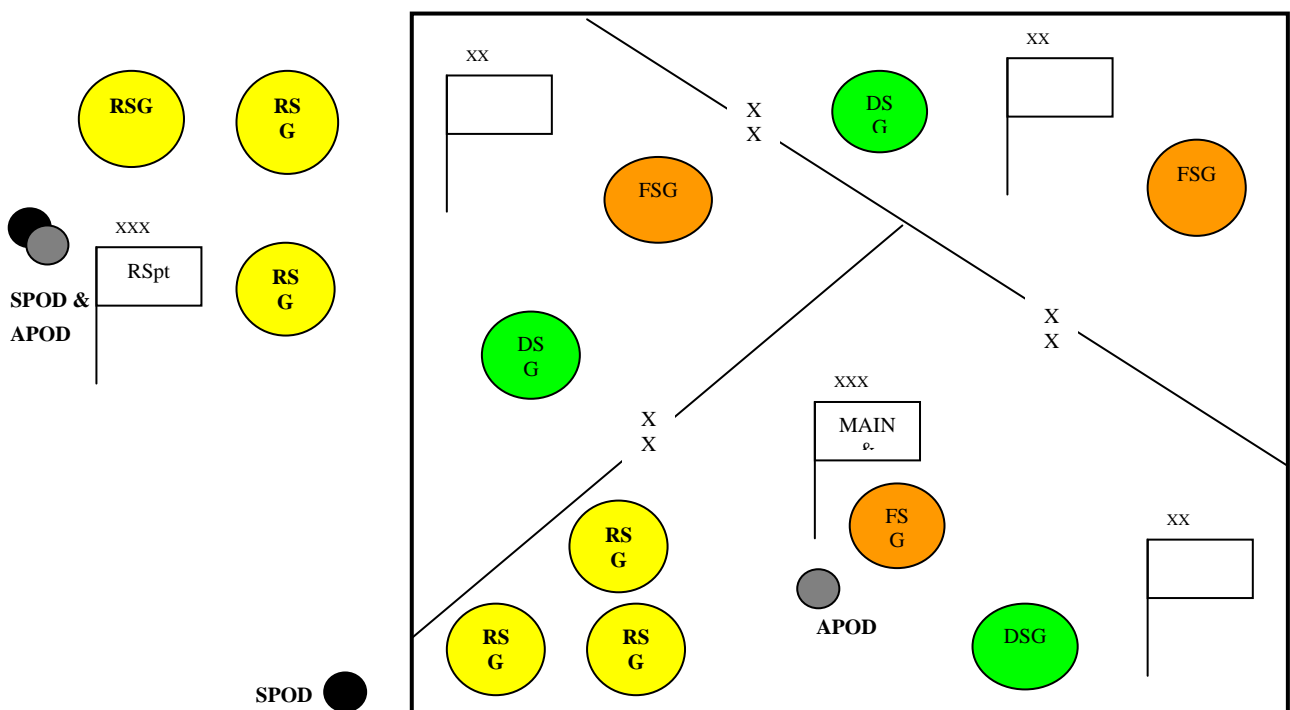
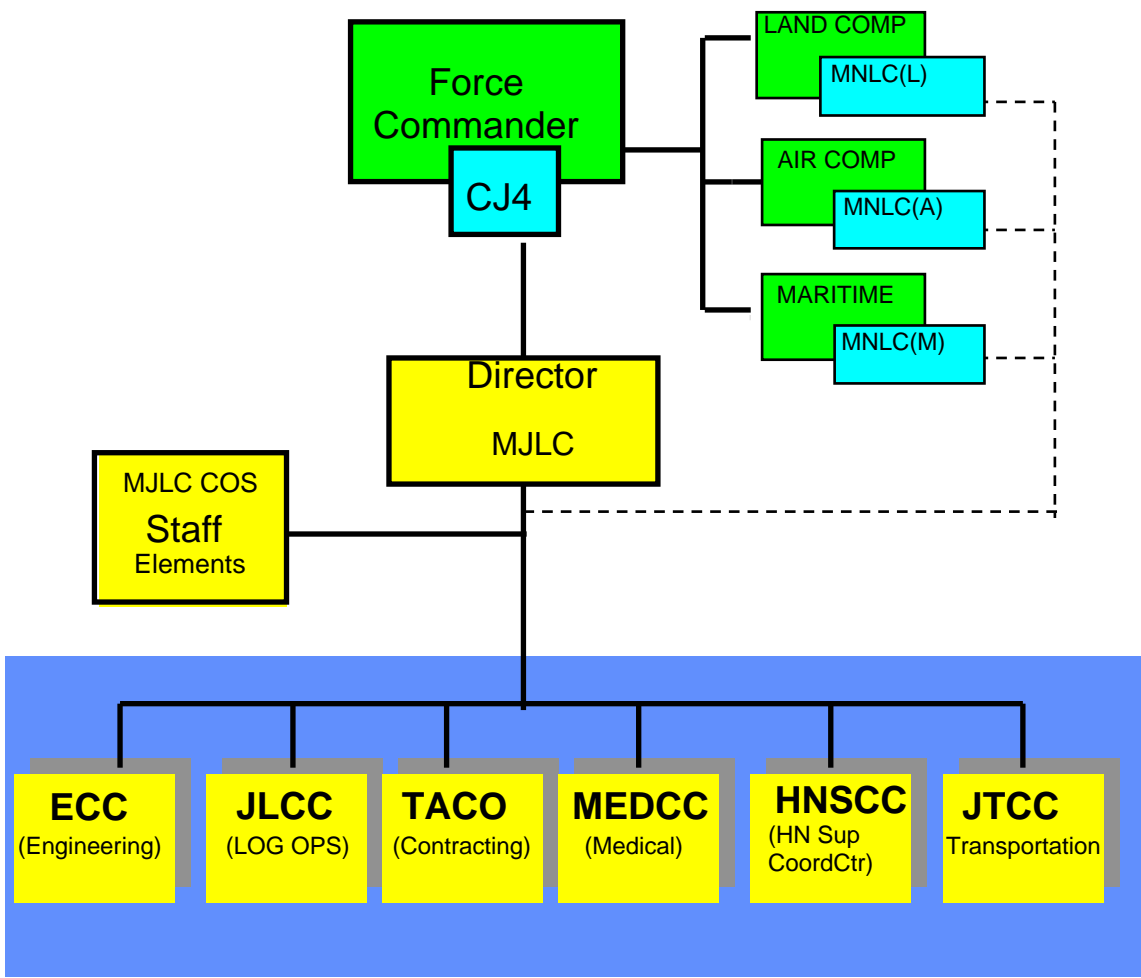


Fig. 5

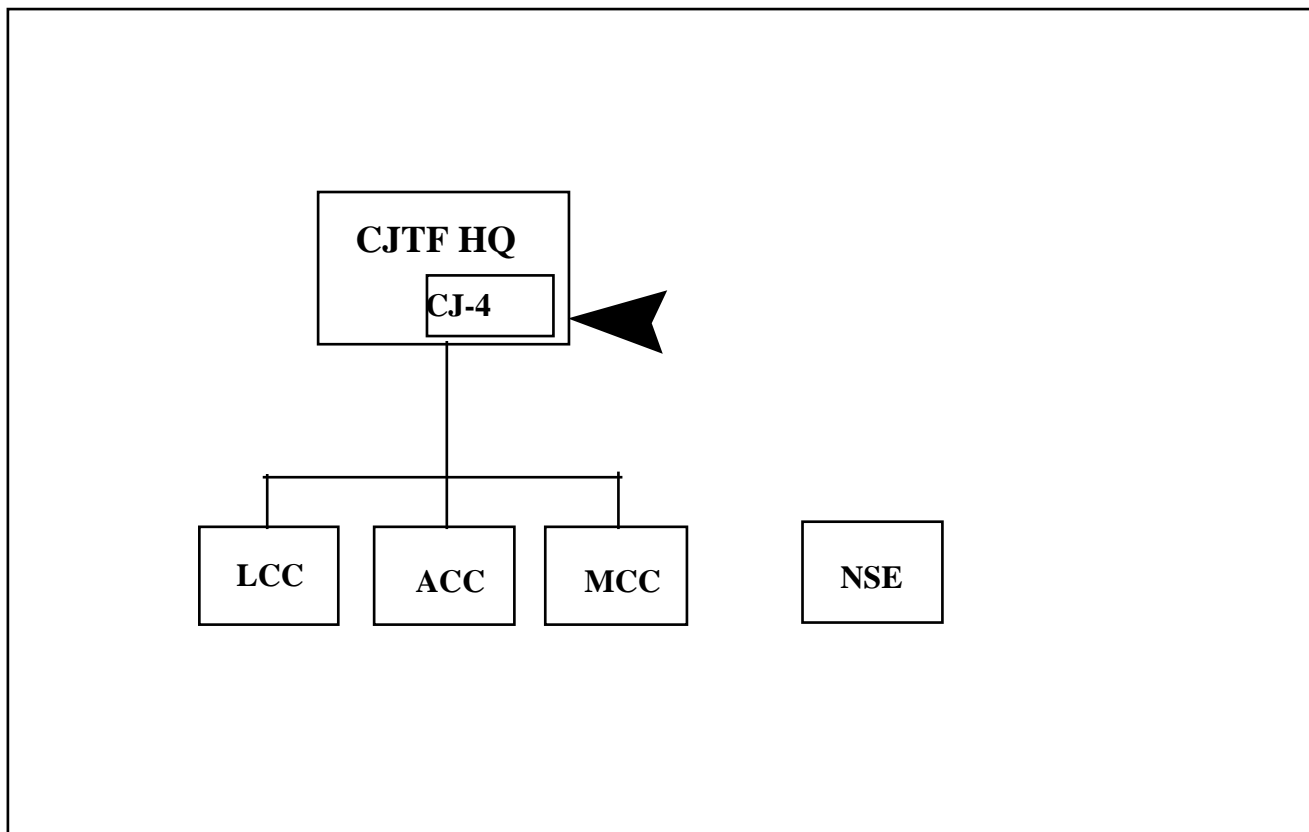
ANEXO F – ESTRUTURA GENÉRICA DE UM MULTINATIONAL JOINT LOGISTIC CENTRE

ESTRUTURA MODULAR



ANEXO G – INTEGRAÇÃO DO MULTINATIONAL JOINT LOGISTIC CENTRE NA  
ESTRUTURA DE COMANDO E CONTROLO

**AUMENTO DO CJ 4**

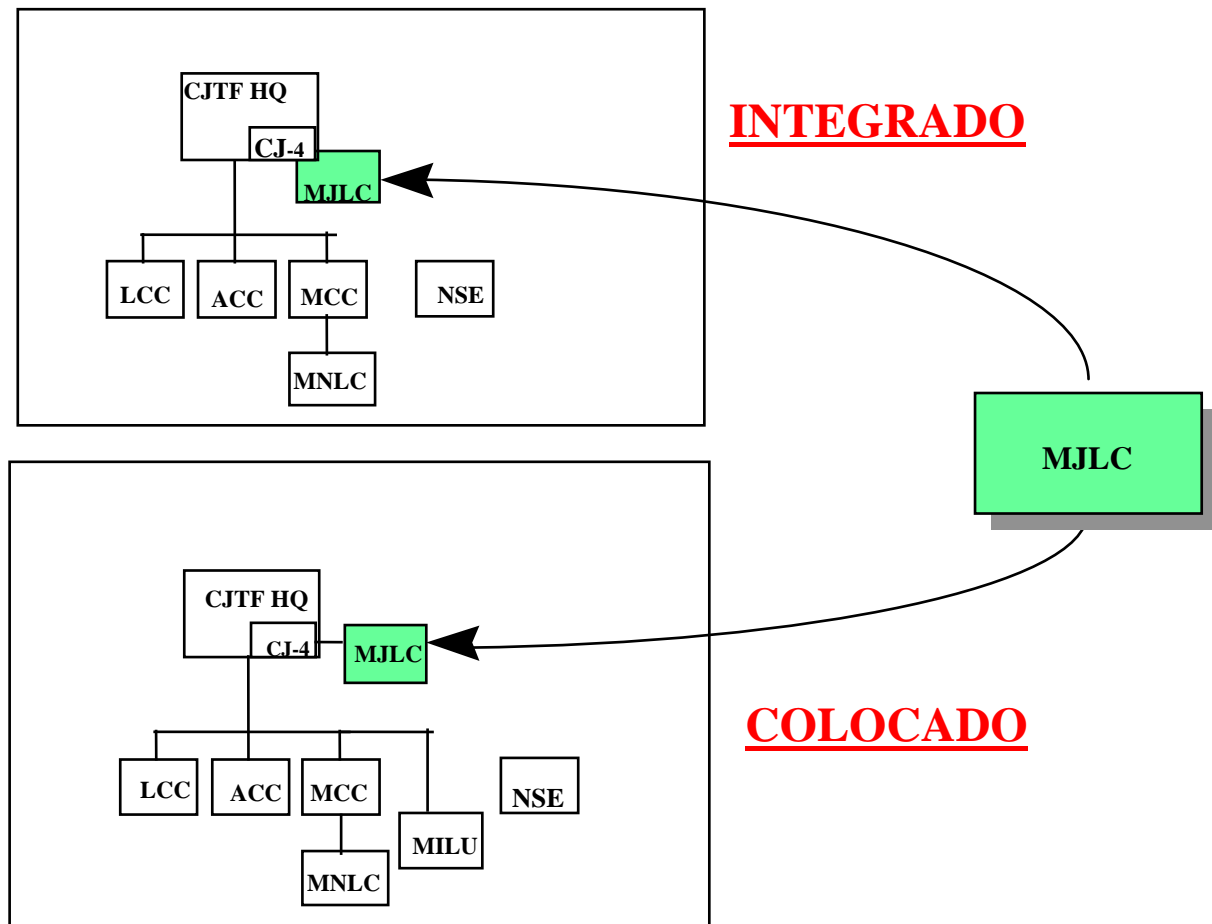


LCC – Land Component Comand

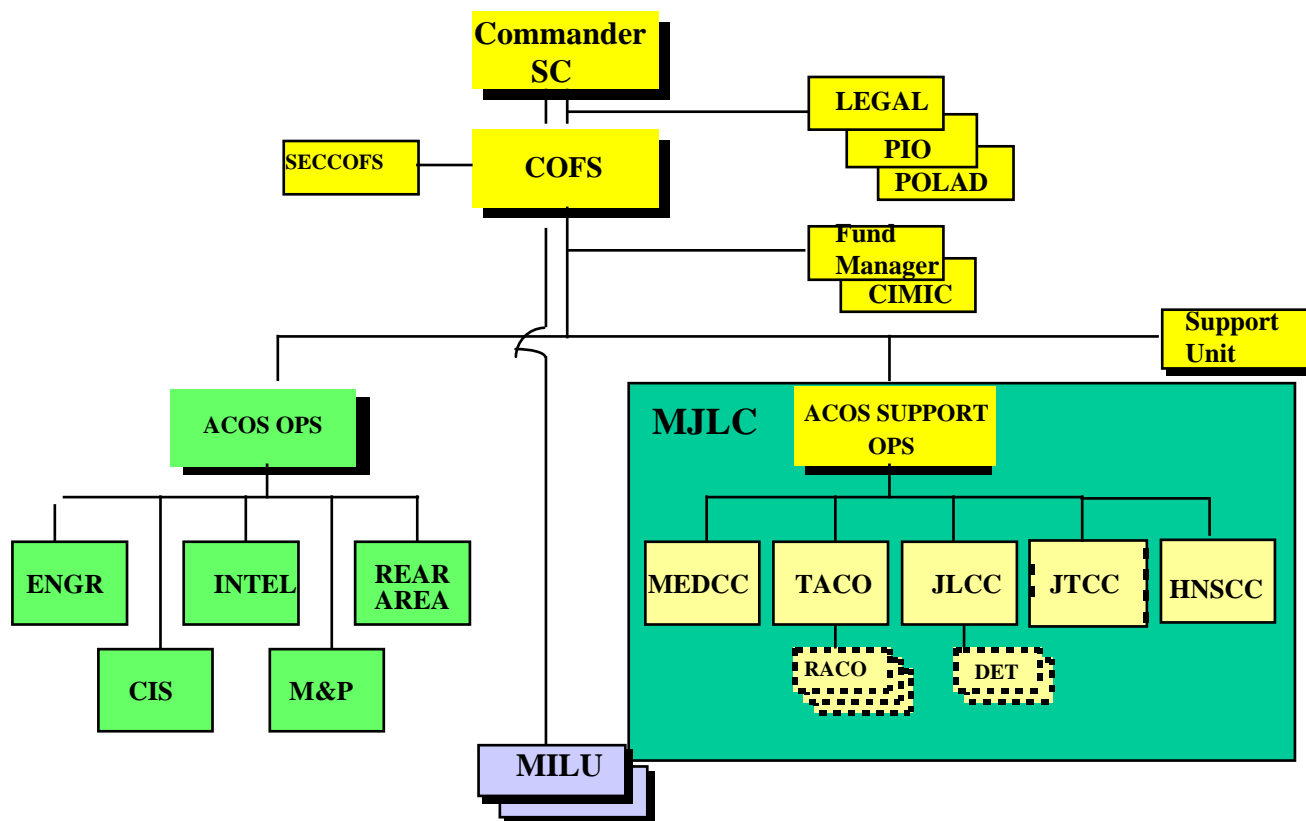
ACC – Air Component Comand

MCC - Maritime Component Comand

- Este modelo pode ser usado numa operação de pequena escala ou numa operação com nenhuma ou pouca logística multinacional



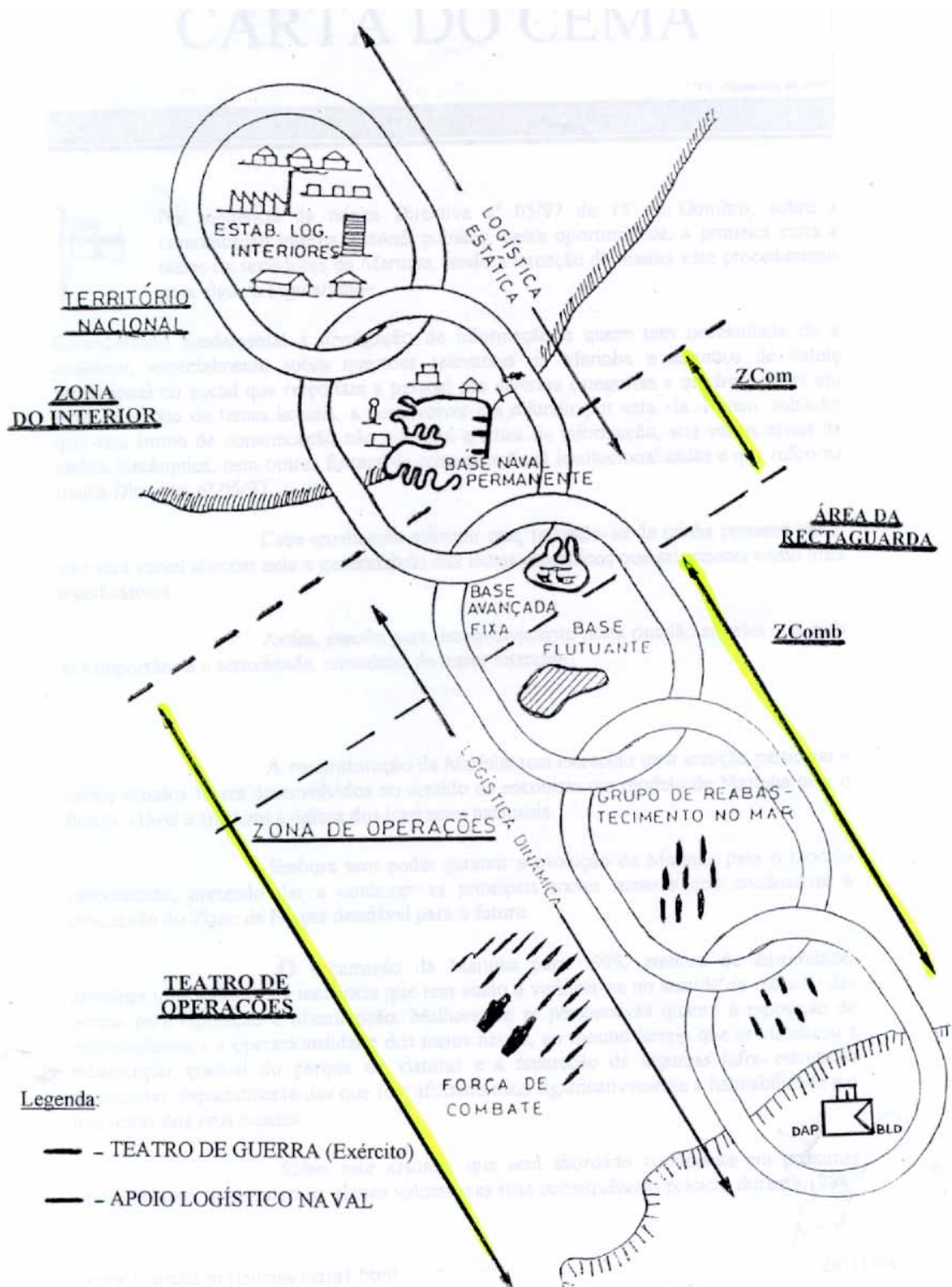
- Ambas as opções, proporcionam maior poder logístico para o Quartel General da Combined Joint Task Force (CJTF) e são normalmente requeridos em operações de larga escala com grande necessidade de esforço de coordenação de logística multinacional.
- A integração ou colocação poupa requisitos para o apoio ao Multinational Joint Logistic Centre (pois pode ser prestado pela unidade de apoio da CJTF, apenas com algum aumento).



- Neste caso o Multinational Joint Logistic Centre é colocado como um módulo dentro da estrutura de um “Support Command”<sup>1</sup>
- Já existem algumas áreas funcionais no staff do Support Command, não sendo necessário a sua duplicação (esta estrutura pode no entanto requerer unidades de apoio adicionais).

<sup>1</sup> Os “Support Commands” mudaram o nome para “Joint Rear Area Component Command” não só, para evitar confusão com o acrónimo (SC = Strategic Command ou Support Command). Mas, também, porque a sua missão não é puramente logística.

## ANEXO H – APOIO LOGÍSTICO NA MARINHA



ANEXO I<sup>1</sup> – APOIO LOGÍSTICO NO EXÉRCITO**1. INTRODUÇÃO**

O Conceito de Apoio Logístico será difundido através do Plano Geral de Sustentação Administrativo Logístico a elaborar para cada operação tendo em consideração os seguintes princípios :

- a. Todo o Apoio Logístico é da responsabilidade de cada Nação Contribuinte com Tropas (TCN), desde o país de origem até às suas unidades mais avançadas, no Teatro de Operações (TO) ;
- b. O conceito de Lead Nation (LN) e Role Specialist Nation (RSN) continua a ser válido, para certas funções logísticas, a fim de se alcançar uma melhor eficiência e economia.
- c. As Forças Nacionais Destacadas (FND) poderão ficar integradas em Grandes Unidades (GU) de outros países apoiantes.
- d. O apoio logístico às FND é uma responsabilidade do Exército, sendo complementado pela GU do País apoiante, onde estas estiverem integradas, nas funções logísticas acordadas no Memorand Of Agreement (MOA);
- e. O reabastecimento das Classes de Abastecimento asseguradas pela GU do País apoiante e acordado no MOA é efectuado na unidade.

**2. EXECUÇÃO****Reabastecimento****a. Generalidades**

As Forças Nacionais Destacadas elaboram, no início da sua estada, um relatório da situação do material orgânico principal (SITMOP) e comunicará, mensalmente, as

---

<sup>1</sup> Baseado na directiva nº 10/95 do Gen VCEME e no manual de apoio administrativo-logístico do Centro de Gestão Logística Geral do Comando da Logística de Junho de 1998

alterações, através de um relatório de situação logística (LOGSITREP) ou outros documentos definidos, ao Centro de Gestão Logística Geral, o qual determinará as necessidades, e à Unidade Organizadora.

**b. Material Crítico**

1. A metodologia a adoptar deverá respeitar a NEP 201/LOG/EME Rev 1 de 11Dez91.
2. Os pedidos excepcionais serão enviados pelas Forças Nacionais Destacadas à Unidade Organizadora (UO). A UO remete o pedido ao Centro de Gestão Logística Geral que determina às Direcções/Chefias dos Serviços (DS/CS) Logísticos, o fornecimento.

**c. Material não Crítico**

A Unidade recorrerá à metodologia estabelecida pelas NEP das DS/CS Logísticas.

**d. Constituição de “stocks” em Dias de Abastecimento (DOS-Days of Supply)**

1. Garantir um mínimo de 7 DOS no Teatro de Operações.
2. Restabelecer um total de 14 DOS tendo em atenção a eventualidade de o avião C-130 para reabastecimento poder ser quinzenal.

*Classe I (inclui as Cl I e VI Nacionais)*

- a. Reabastecimento da CL I é da responsabilidade Nacional recorrendo-se á utilização da Cadeia Logística do Exército do País apoiante e ao reabastecimento periódico através dos aviões da Força Aérea Portuguesa.

1. Rações de Combate

As Forças Nacionais Destacadas devem manter um nível de 14 DOS, que será repostos a partir de Portugal.

- Estas rações deverão integrar um tipo de pão que tenha uma duração consentânea com os dias de abastecimento definidos e com o clima local
- Sempre que possível a unidade consome ração normal



- A reposição dos níveis de Rações de Combate será feita a partir de Portugal (Direcção do Serviço de Intendência do Comando da Logística) tendo em consideração o respectivo prazo de validade e o que se encontra determinado sobre a matéria (substituição nos 3 meses anteriores ao fim do prazo de validade) devendo, sempre, que necessário, as Forças Nacionais Destacadas enviar para Portugal (PO) (Unidade Organizadora) as requisições para a reposição de “stocks”.

## 2. Ração Normal

- O Exército do País apoiante fornece às Forças Nacionais Destacadas (FND) os componentes da ração normal que, para tanto, lhe sejam requisitados pela Secção Logística das FND.

Os componentes da alimentação tradicional portuguesa serão enviados, a pedido a partir de Portugal, utilizando os meios aéreos disponíveis.

- O Reabastecimento da componente do País apoiante é efectuado na Unidade, sendo o seu custo o correspondente ao somatório do custo dos víveres requisitados.
- O custo médio da alimentação (incluindo víveres enviados de Portugal, cadeia logística do País apoiante e, eventualmente, a aquisição de recursos locais) não poderá ultrapassar os 2.000 escudos/Homem/dia (valor a alterar caso necessário e conforme o Teatro de Operações).

### **b. Víveres (Classe I / PO)**

As requisições para o fornecimento dos géneros que, por força da alimentação tradicional portuguesa, não possam ser fornecidos pelo Exército do país apoiante, serão enviadas a Portugal (Direcção do Serviço de Intendência), através da Unidade organizadora, com a antecedência mínima de três semanas sobre a data em que se pretenda o seu envio para Teatro de Operações.

1. Rações Ultracongeladas

- As Forças Nacionais Destacadas deverão manter um nível de 10 DOS

2. Frescos

- Os víveres são fornecidos pela Cadeia Logística do Exército apoiante, com prazo de requisição a definir

3. Água

O armazenamento de água a granel é responsabilidade Nacional, com base de cálculo 2 L/h/d, (2 litros x 7 DOS). Restabelecer os “stocks” de acordo com as necessidades, até um total de ( 2 litros x 14 DOS)

A reposição do “stock” inicial é feita através da Cadeia Logística do Exército do país apoiante.

c. Artigos de Cantina (Classe VI/PO)

Adquiridos recorrendo à exploração de recursos locais, ou mediante requisição enviada a Portugal.

A liquidação de artigos da classe VI é da responsabilidade da Unidade organizadora.

*Classe II (inclui as Classes II, VII, VIII e IX Nacionais)*

As Forças Nacionais Destacadas iniciam a operação com todos os abastecimentos da Classe II e com os existentes no Teatro de Operações nas restantes classes.

a. Classe II Nacional

As requisições são enviadas para Portugal (Unidade Organizadora) e os abastecimentos são encaminhados por via aérea (Força Aérea Portuguesa)

b. Classe VII Nacional

As requisições são enviadas para Portugal (Unidade Organizadora) e os abastecimentos são encaminhados por via aérea, marítima ou terrestre.

## c. Classe VIII Nacional

A reposição de “stocks” para atingir a dotação completa para 30 DOS é feita através da Cadeia Logística do Exército do país apoiante.

## d. Classe IX Nacional

1. Através da Cadeia Logística Nacional e /ou através da Cadeia Logística do Exército do país apoiante de modo a atingir a dotação completa para 90 DOS.
2. O Exército do país apoiante assegura o fornecimento às Forças Nacionais Destacadas (FND) de sobressalentes relativos a equipamentos intermutáveis e “standart” constantes de listas a definir.

*Classe III (igual à classe III Nacional)*

- a. A unidade deve dispor de lubrificantes embalados para 30 dias.
- b. A Cadeia Logística do Exército do país apoiante garante o fornecimento às FND de combustíveis e lubrificantes (Petroleum, Oil and Lubricants - POL) de acordo com as requisições apresentadas.
- c. O reabastecimento é efectuado na Unidade
- d. O tipo de combustível a fornecer será o gasóleo comercial ou F-54 adaptado às condições climatéricas locais.

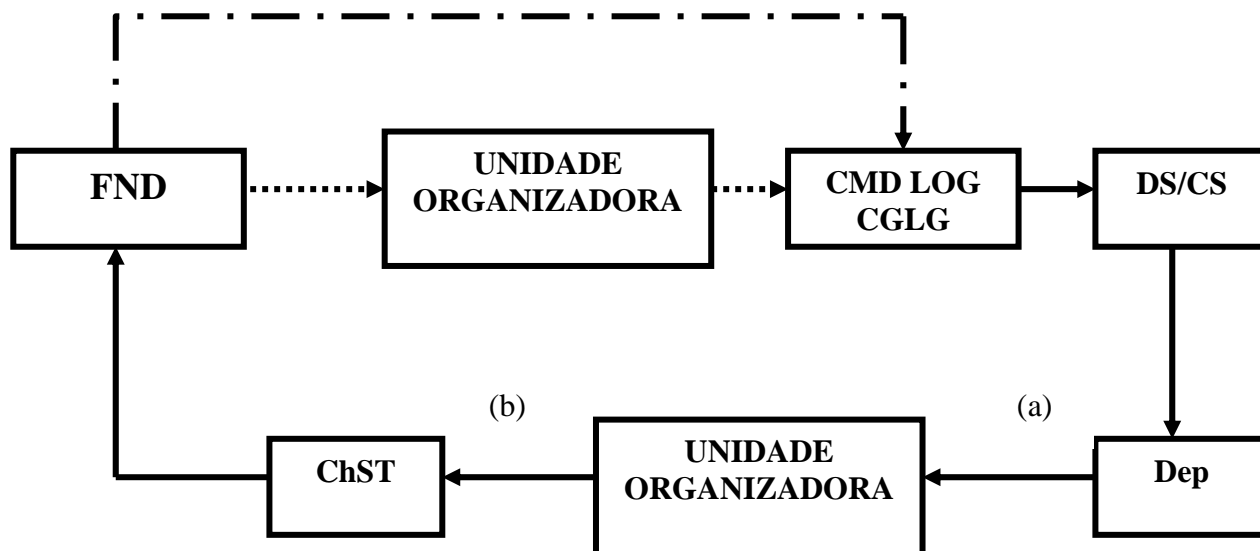
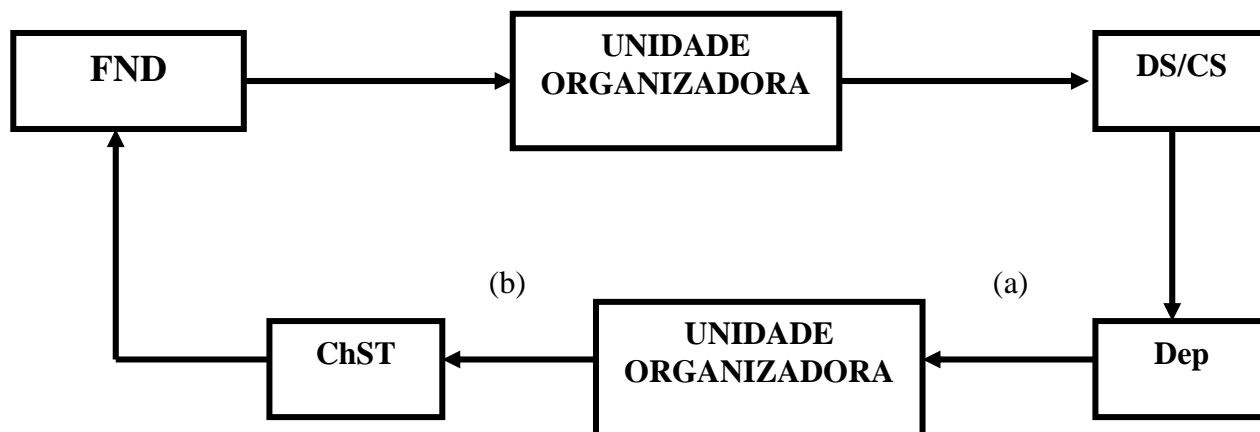
*Classe IV (inclui as Classe nacionais IV e X)*

- a. As FND é apoiada pela Cadeia Logística do Exército do país apoiante no que respeita á preparação e organização das suas posições, nomeadamente, arame farpado, concertinas, estacas metálicas e sacos terra.
- b. As condições de fornecimento e os preços a praticar serão idênticos aos aplicáveis às unidades do país apoiante

- c. Os materiais de construção podem ser adquiridos localmente, sendo o processo de aquisição centralizado pelo Headquarters da Communication Zone (COMMZ).

*Classe V (igual à Classe Nacional)*

- a. As FND inicia a operação com as dotações completas.
- b. As FND requisita à Unidade Organizadora as quantidades necessárias para a reconstituição das dotações.
- c. A Cadeia Logística do Exército do país apoiante assegura o fornecimento de munições às FND em situações de emergência ou quando for interrompida a cadeia normal de reabastecimento Portuguesa
- d. O acerto de fornecimento das munições será efectuado por reposição de “stocks” ou pagamento.
- e. Dada a exiguidade de potenciais locais para servirem de paióis, a Lead Nation fará a gestão dos pedidos de locais de armazenagem que lhe forem apresentados.

Fluxo de Reabastecimento:**Material Crítico****Material não Crítico**

— . — . — . Pedidos Excepcionais

..... SitMop / LogSitrep

- (a) Os fornecimentos são concentrados na Unidade Organizadora, ou no Batalhão de Serviços de Transporte (só com responsabilidade de concentração), para posterior expedição para a Zona de Acção da Unidade.
- (b) A Chefia dos Serviços de Transportes acciona o envio através da via mais adequada.

### Troca Directa

A troca directa é feita para os artigos definidos pelas Direcções dos Serviços. A Unidade Organizadora tem a responsabilidade de entregar o equipamento avariado nos Depósitos respectivos logo que este chegue.

### Manutenção

- a. Os trabalhos de manutenção a efectuar no Teatro de Operações serão até ao nível intermédio;
- b. Não há Locais de Reunião de Salvados na Zona de Comunicações Avançada.
- c. Só é permitida a Canibalização Controlada em caso de ruptura/interrupção do fluxo de abastecimentos e mediante autorização do Comandante das Forças Nacionais Destacadas (FND).
- d. A Cadeia Logística do Exército do país apoiante, assegura o Apoio Directo Adicional e Assistência Técnica às FND em função das necessidades.
- e. As operações de Recolha e Evacuação em apoio adicional, são asseguradas pelo escalão superior, na sua área respectiva.
- f. Toda a Manutenção é realizada com meios e pessoal das FND recorrendo, se necessário, para os artigos da Classe IX à Cadeia Logística do Exército do país apoiante em termos de Reabastecimento
- g. Deverá aplicar-se o Sistema de Troca Directa para os equipamentos que se encontrem na situação de inoperacionalidade e cuja reparação não seja possível no Teatro de Operações. Sempre que se justifique, deslocar-se-ão ao Teatro equipas de contacto das várias Direcções ou Chefias dos Serviços, para Apoio Adicional da capacidade de manutenção.

### Transportes

- a. O transporte dos abastecimentos de Portugal para o Teatro de Operações é garantido através de um avião C-130 semanal / quinzenal;
- b. Os abastecimentos também podem ser expedidos, por via terrestre ou marítima, com uma periodicidade a estabelecer conforme as necessidades e meios disponíveis (militares/civis).
- c. A Grande Unidade do Exército do país apoiante assegura o transporte dos abastecimentos que sejam requisitados através da sua cadeia logística.

### Apoio sanitário

- a. A Unidade garante o apoio sanitário de nível 1 (ROLE 1 -nível de Batalhão).
- b. O nível 2 (ROLE 2 - nível de Brigada) será garantido pela Grande Unidade do Exército do país apoiante .
- c. A Cadeia Logística do Exército do país apoiante assegura a evacuação, tratamento e hospitalização, incluindo o tratamento estomatológico aos militares das Forças Nacionais Destacadas, através das suas Unidades Sanitárias correspondentes ao ROLE 2 e ROLE 3 (nível de Divisão).
- d. A evacuação de militares para os hospitais ROLE 3 será por triagem, pelos médicos que determinarão a sua evacuação para o Território de país apoiante ou Portugal, se possível com contacto prévio com um médico das Forças Nacionais Destacadas.
- e. O regime de evacuação é de 15 dias.
- f. O tempo máximo de permanência em ROLE 2 é o mesmo da Grande Unidade do Exército do país apoiante .

- g. A evacuação dos indisponíveis pode ser feita desde o local do acidente ou nível 1 para o nível 2 ou directamente para o nível 3. Até ao nível 2 são utilizados, primariamente, os meios Nacionais.
- h. A evacuação do nível 2 para o nível 3 é da responsabilidade da Grande Unidade do Exército do país apoiante, podendo a evacuação aérea ser garantida pelo escalão superior até ao nível 3.
- i. A evacuação do nível 3 para o nível 4 (nível Nacional) é uma responsabilidade Nacional, podendo ser do Exército do país apoiante se a evacuação for para esse País.

#### Serviços de campanha

##### a. Lavandarias e Banhos.

1. As Forças Nacionais Destacadas montam um serviço de Lavandarias e Banhos
2. Quando o regular funcionamento do sistema de Lavandaria e Banhos venha a ser afectado por razões imprevistas, a Cadeia Logística do Exército do país apoiante deverá assegurar todo o apoio

##### b. Infra-estruturas

As Forças Nacionais Destacadas mantêm as instalações e estruturas existentes em proveito das forças, se necessário com o apoio da Cadeia Logística do Exército do país apoiante no fornecimento de materiais de construção.

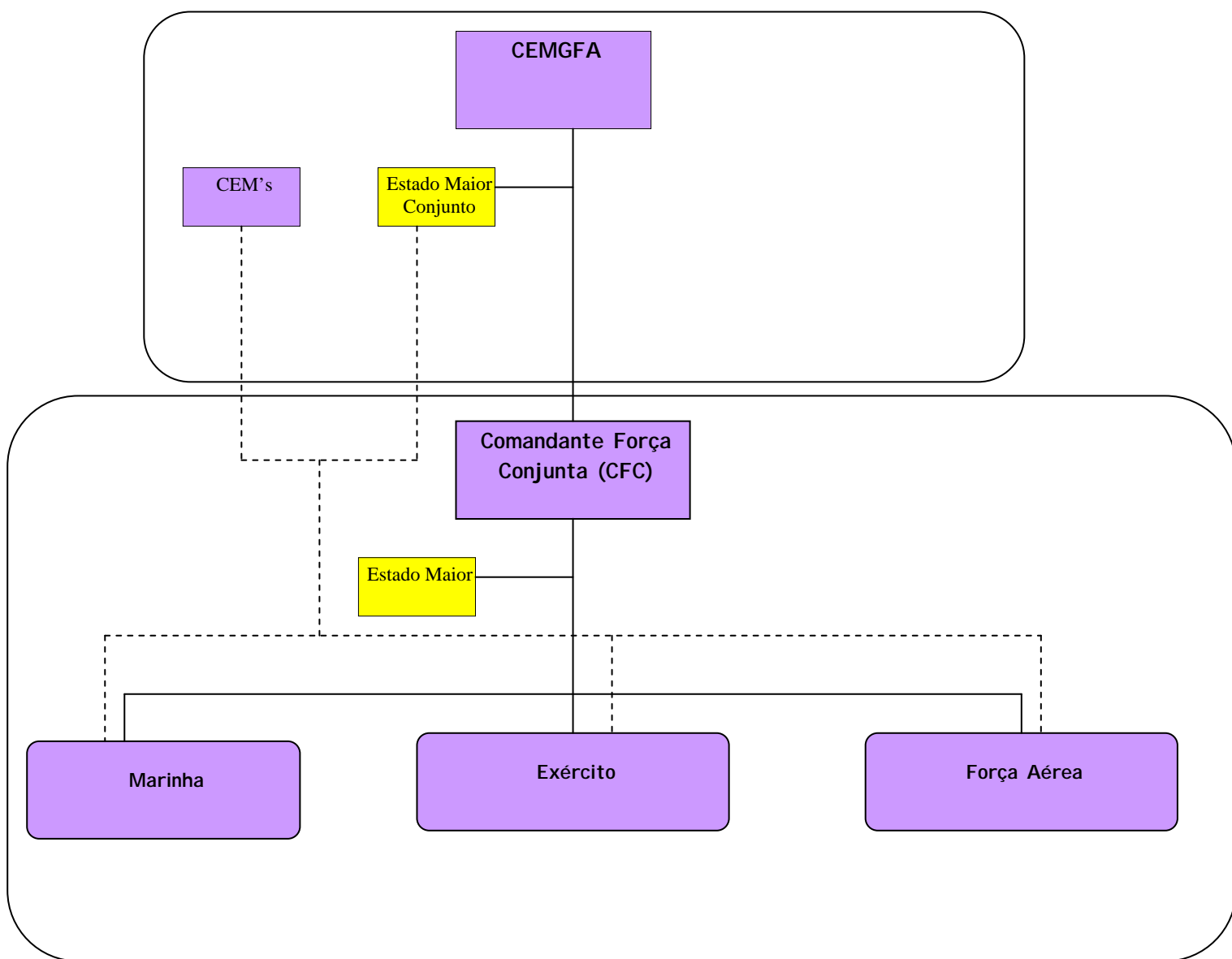
### **3. DIVERSOS**

- a. Os encargos resultantes do cumprimento da missão , incluindo os custos de levantamento das forças, preparação, aprontamento, transporte, sustentação, rotação, repletamento e outros, que não estejam previstos nas dotações dos orçamentos dos ramos são suportados, mediante iniciativa do Ministério da Defesa Nacional, por reforço das correspondentes dotações orçamentais.



- b. Estes encargos são contabilizados numa conta própria a designar e a controlar pela Direcção do Serviço de Finanças.
- c. O Exército do país apoiante apresenta trimestralmente ao Oficial de Ligação Português para as Finanças junto do seu Estado Maior, a relação quantificada dos fornecimentos de bens e serviços prestados às Forças Nacionais Destacadas, para efeitos de liquidação.
- d. O Exército Português liquida os fornecimentos na 1ª quinzena a seguir ao trimestre em questão, contra documento - recibo.
- e. Os encargos com o apoio administrativo-logístico exarado no Memorand Of Agreement celebrada entre Portugal e o Exército do país apoiante, são satisfeitos por pagamento directo a esse Exército por transferência bancária através da Direcção do Serviço de Finanças.
- f. A unidade organizadora e concentradora da Força Empenhada, assume o comando administrativo dessa força, a gestão dos materiais atribuídos e assegura a ligação das Forças Nacionais Destacadas ao Comando da Logística.

## ANEXO J- ESTRUTURA DE COMANDO E CONTROLO NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS



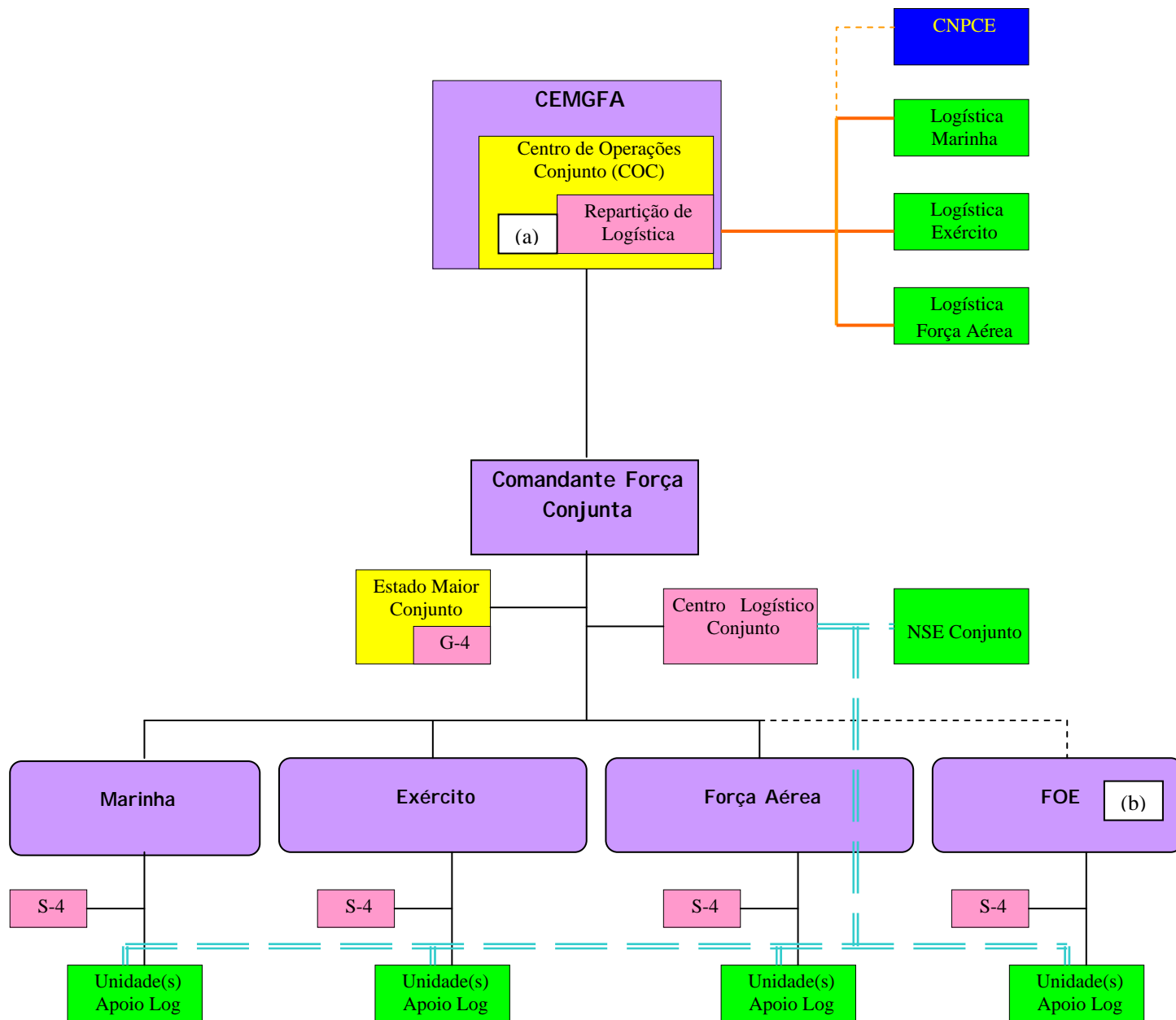
## LEGENDA

- Linha de Cmd  
- - - - Linha Adm-Log

## ANEXO K – FORÇAS CONJUNTAS DE REACÇÃO

<b>FCRI</b> (Cat.2) (700H)	<b>FCRR</b> (Cat.3) (3000H)
<p><b>Marinha</b></p> <p>1 FFAH/FF/FS 1 Força FUZ (Pel) 1 DAE</p>	<p><b>Marinha</b></p> <p>1/2 FFH VASCO DA GAMA 1/2 FF/FS 1 AOR 1SSK 1 Força FUZ (Comp) 1 DAE 1 DMS</p>
<p><b>Exército</b></p> <p>1 Cmd Agr. (Bat.) 1 Comp. Manobra 1 DestOpEsp 1 Pel Mort 1 Dest Tms 1 CompReabTpt 1 Dest. Man. 1 HCM</p>	<p><b>Exército</b></p> <p>1 Cmd Brig 1 Bat/Agr Manobra 1 Comp PE 2 DestOpEsp 1 Btr Art Camp 1 Comp Eng 1 Comp Tms 1 Agr Ap Svc 1 Dest. CIMIC</p>
<p><b>Força Aérea</b></p> <p>1 P-3P 1 C-130 1 C-212 1 HELI ObsLig/ 1 HELI PUMA</p>	<p><b>Força Aérea</b></p> <p>4 F-16 1 P-3P 2/3 C-130 2 HELI PUMA 1 TACP</p>

## ANEXO L– ESTRUTURA DE COMANDO DA LOGÍSTICA CONJUNTA



## LEGENDA

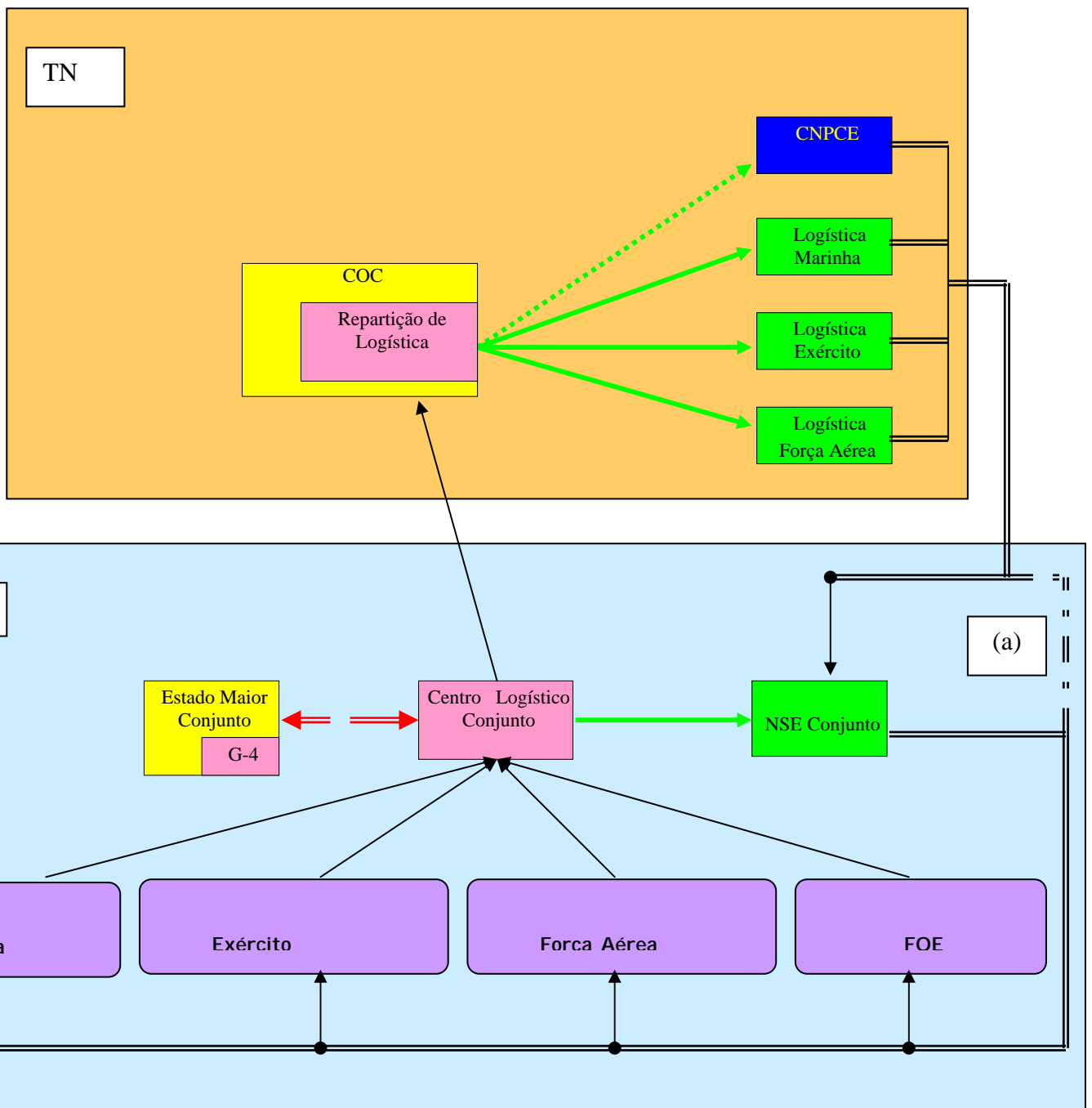
- Coordenação
- == Coordenação e controlo
- Linha de Comando

(a) - Conforme Dec-Lei nº 48/93 de 26Fev





(b) - Conforme Directiva nº 12/CEMGFA/99

## ANEXO M – APOIO LOGÍSTICO CONJUNTO

## Pedidos Logísticos



## LEGENDA

-  Ordem de Fornecimento  
 Coordenação e Informação  
 Requisição  
 Fornecimento

(a) – Encaminhamento directo, quando se justifique (volume, tipo, tonelagem, etc.)

## ANEXO N – CENTRO LOGISTICO CONJUNTO

**1. Generalidades**

- a. Primeiro, há que definir o cenário e as condições de emprego das forças (ou pelo respectivo órgão internacional responsável pela operação, ou caso actuemos isolados, pelo órgão nacional competente para o efeito) para sabermos quais as responsabilidades nacionais (ou dos ramos) e os requisitos de apoio a que as forças devem obedecer.
- b. Depois, há que analisar os recursos locais existentes, os acordos a realizar quer com a Host Nation quer com outras nações participantes, determinar qual o apoio que a força multinacional irá, ou não, prestar às nossas forças (caso não actuemos isolados) e os factores condicionantes<sup>1</sup>
- c. Poder-se-á então definir:

- Quais os fluxos logísticos

Com estes dados, podemos claramente saber os locais onde iremos implementar os órgãos de apoio logístico. Esta implementação não se afastará muito da seguinte;

- Um Elemento Nacional de Apoio – National Support Element (NSE), constituído por:
  - Uma Unidade de Apoio Recuado – Rear Support Group (RSG), geralmente localizada junto a um porto ou aeroporto de entrada
  - Uma Unidade de Apoio Avançada – Forward Support Group (FSG), localizada na área de apoio de serviços da Unidade de que a força nacional depende

---

<sup>1</sup> A dimensão e composição da Força, o tipo de operação, as características da área de operações, a distancia ao teatro de operações, organização internacional que patrocina a operação, etc.

- ❑ Unidades de apoio interno de cada componente da Força – (por exemplo, no caso de um Batalhão da componente terrestre, a Companhia de Comando e Serviços)

Face à experiência que já dispomos, recorrendo à de outros países aliados e às doutrinas de referência e da OTAN será concerteza possível determinar:

- ❑ A cadeia de reabastecimento a implantar e a distribuição dos respectivos dias de abastecimento pelos seus órgãos
- ❑ As necessidades de transporte para promover a movimentação dos artigos
- ❑ O nível de manutenção a estabelecer no Teatro de Operações (TO), as respectivas listas de níveis - orgânicos e de apoio - e o volante de prontidão operacional
- ❑ O apoio sanitário a prestar no Teatro de Operações (TO) e respectivo regime de evacuação
- ❑ As áreas do Pessoal (postal, moral e bem estar, lavandaria e banhos, outros)
- Quais os órgãos de apoio de serviços necessários á operação.
- Qual a composição do Centro Logístico Conjunto (CLC). Para tal, na fase de planeamento há que ter em conta, entre outras considerações, as seguintes:
  - ❑ Qual a extensão do apoio da Host Nation (HN)?
  - ❑ Qual a dimensão e estrutura da Força?
  - ❑ Qual o objectivo do esforço de coordenação logística nacional? (se é, primariamente, de um ramo, o CLC pode ser bastante reduzido)

## 2. Centro Logístico Conjunto

Constitui o órgão de apoio logístico do Comandante da Força Conjunta para a gestão integrada e centralizada da logística no Teatro de Operações.

## 3. Actividades e tarefas

### a. Generalidades

- Deve ser visto como um módulo que se adapta conforme as necessidades
- É também responsável pela centralização, coordenação e gestão das funções logísticas comuns.
- É o “braço operacional” do G-4. Fica assim separado o planeamento da execução.
- Deve participar no estabelecimento dos Technical Arrangements<sup>2</sup> (TA) necessários ao apoio logístico e sustentação das Forças Nacionais Destacadas em determinada área (após ter sido estabelecido acordos Memorandum of Understanding<sup>3</sup> (MOU)), por forma a inteirar-se desde cedo de todo o processo.

### b. Algumas tarefas que o Centro Logístico Conjunto pode desempenhar

- Estabelecer os requisitos de apoio da Host Nation e coordenar a implantação dos acordos em coordenação com os centros de Civil Military Cooperation.
- Obter fornecimento de abastecimentos comuns
- Controlar as unidades de apoio de serviços conjuntas.
- Gerir os movimentos de transporte no Teatro de Operações (deslocamentos intrateatro)
- Gerir o apoio sanitário das componentes incluindo a evacuação

---

<sup>2</sup> Identifica tipos de apoio a ser prestado e detalha as disposições legais e financeiras aplicáveis.

<sup>3</sup> Acordo bilateral ou multilateral para a realização de operações militares.



- Integrar os pedidos e garantir a satisfação das necessidades
- Estabelecer uma célula de informação logística que avalie os recursos locais
- Gerir e adquirir materiais
- Gerir fundos comuns
- Manter uma contabilidade centralizada
- Efectuar e centralizar os contratos

c. O G-4 da Força Conjunta

- Mantém a responsabilidade global e primária dos assuntos logísticos e estreita ligação com os diversos responsáveis pelas operações logísticas
- Preparar planos e opções logísticas para apoio às operações. Política logística e planeamento logístico geral
- Controlar, avaliar e manter o evoluir da situação logística
- Fixar prioridades face aos requisitos logísticos do Comandante
- Definir a política e requisitos de relatórios
- Desenvolver planos de evacuação
- Aconselhar o Comandante da Força Conjunta e os outros oficiais do Estado Maior

## ANEXO O – ABREVIATURAS

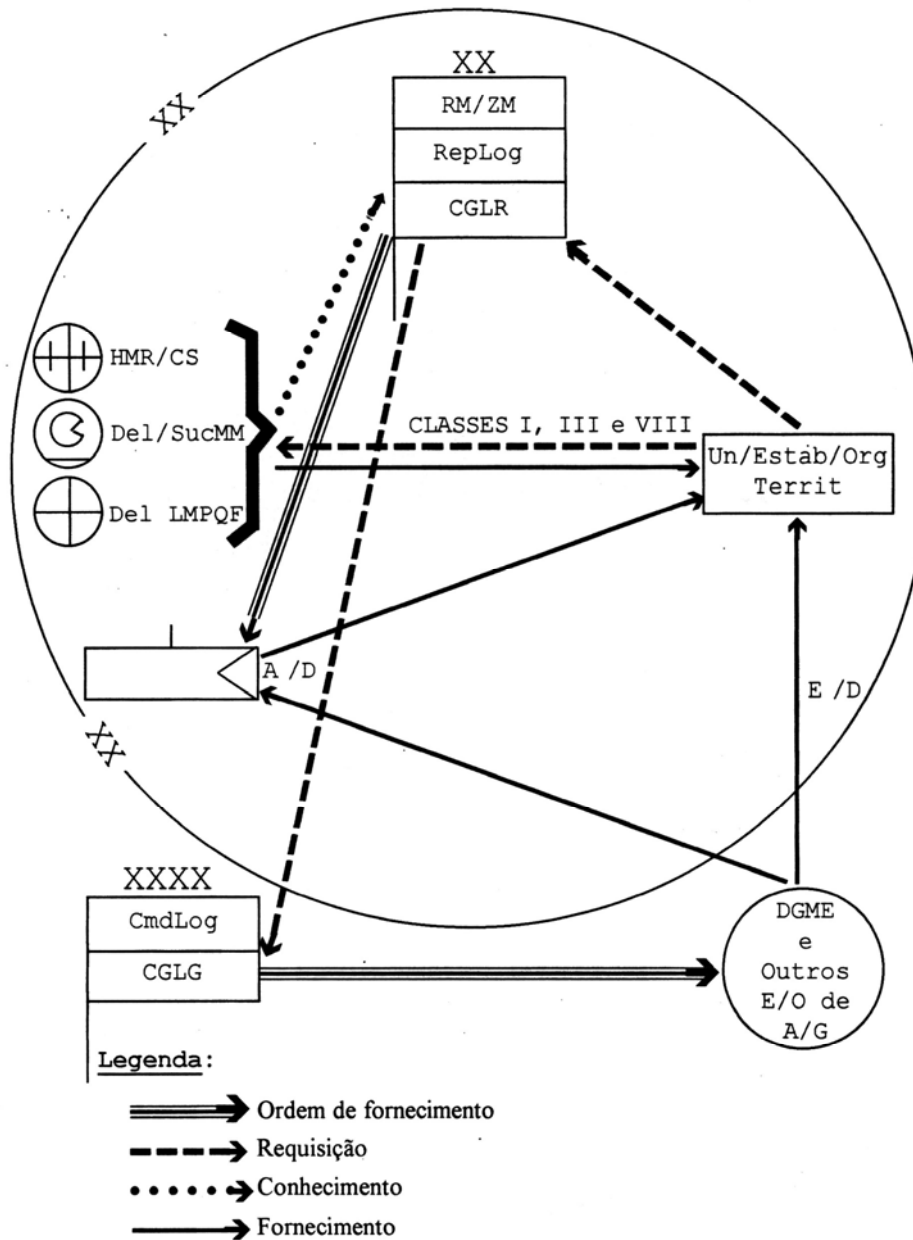
ACE	Allied Command Europe
A/D	Apoio Directo
A/G	Apoio Geral
AGR	Agrupamento
AJP-4	Allied Joint Publication- Logistic Doctrine
AMF	Allied Command Europe Mobile Force
AOp	Área de Operações
APOD	Air Port Of Debarkation
ARRC	ACE Rapid Reaction Corps
BGSLE	Bases Gerais do Sistema Logístico do Exército
C2	Comando e Controlo
C3	Comando, Controlo e Comunicações
CAO	Chief Administrative Officer
CCLCCS	Centralised Corps Level Combat Service Support
CE	Corpo de Exército
CEM	Curso de Estado Maior
CEMA	Chefe do Estado Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado Maior do Exército
CEMFA	Chefe do Estado Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CFC	Comandante da Força Conjunta
CFE	Convencional Forces in Europe
CGLG	Centro de Gestão Logística Geral
CGLR	Centro de Gestão Logística Regional
CIMIC	Civil Military Cooperation
CJ-4	Combined Joint- Logistic
CJTF	Combined Joint Task Force
CLC	Centro Logístico Conjunto
CLO	Chief Logistics Officer
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COC	Centro de Operações Conjunto
COMMZ	Communication Zone
COS	Chief Of Staff
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSCE	Conferencia para a Segurança e Cooperação na Europa
CUIL	Common User Item List
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DIREC	Divisão de Recursos
DOS	Days Of Supply
DPKO	Department of Peacekeeping Operation
DS/CS	Direcções ou Chefias dos Serviços
DSF	Direcção do Serviço de Finanças
EM	Estado-Maior
EME	Estado Maior do Exército

EMGFA	Estado Maior General das Forças Armadas
EUROCORPS	European Corps
EUROFOR	European Rapid Operational Force
EUROMARFOR	European Maritime Force
FA	Forças Armadas
FALD	Field Administration and Logistic Division
FAP	Força Aérea Portuguesa
FCRI	Força Conjunta de Reacção Imediata
FCRR	Força Conjunta de Reacção Rápida
FMA	Force Maintenance Area
FND	Forças Nacionais Destacadas
FSA	Forward Support Area
FSG	Forward Support Group
GU	Grande Unidade
HN	Host Nation
HNS	Host Nation Support
IESD	Identidade Europeia de Segurança e Defesa
IMS	International Military Staff
IRF	Immediate Reaction Forces
IS	International Staff
LCC	Logistics Coordination Centre
LN	Lead Nation
LOA	Letter of Assist
LOBOFA	Lei Organica de Bases das Forças Armadas
LOG	Logístico(a)
LOGSITREP	Relatório de Situação Logística
LPM	Lei de Programação Militar
MCC	Movement Coordination Centre
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MILU	Multinational Integrated Logistic support Unit
MJLC	Multinational Joint Logistic Centre
MNC	Major NATO Commander
MNLC	Multinational Logistics Centre
MNSE	Multi-National Support Elements
MOA	Memorands Of Agreement
MOU	Memorandum of Understanding
MSC	Major Subordinate Commander/Command
MSCs	Major Subordinate Commanders/Commands
NAC	North Atlantic Council
NAMSA	NATO Maintenance and Supply Agency
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NATO HQ	NATO Headquarters
NCA	National Command Authorities
NEP	Normas de Execução Permanentes
NSE	National Support Element
ONG	Organizações Não Governamentais

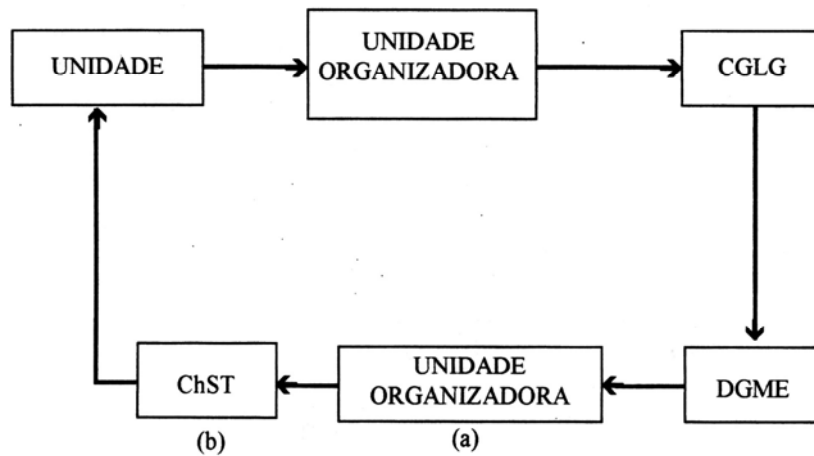
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PESC	Política Europeia de Segurança e Defesa
PfP	Partnership for Peace
POD	Port Of Disembarkation
POL	Petroleum, Oil and Lubricants
QG	Quartel General
RC	Ração(ões) de Combate
RM/ZM	Regiões e Zonas Militares
ROE	Rules Of Engagement
RPOD	Rail Port Of Disembarkation
RSA	Rear Support Area
RSC	Rear Support Command
RSG	Rear Support Group
RSN	Role Specialist Nation
SACEUR	Supreme Allied Commander Europe
SC's	Strategic Commanders
SFN	Sistema de Forças Nacional
SITMOP	Situação do Material Orgânico Principal
SNLC	Senior NATO Logistician's Conference
SOFA	Status of Forces Agreements
SPOD	Sea Port Of Debarkation
STANAG	Standardisation Agreement (NATO)
STANAVFORCHAN	Standing Naval Force Channel
STANAVFORLANT	Standing Naval Force Atlantic
STANAVFORMED	Standing Naval Force Mediterranean
TA	Technical Arrangements
TCN	Nação Contribuinte com Tropas
TN	Território Nacional
TO	Teatro de Operações
UE	União Europeia
UEB	Unidade de Escalão Batalhão
UEC	Unidade de Escalão Companhia
UEO	União Europeia Ocidental
UO	Unidade Organizadora
WEAG	Western European Armaments Group

## ANEXO L – SILVÉRIO

## 1. Fluxo Logístico (materiais críticos e não críticos) para o Apoio Logístico em Tempo de Paz



2. Fluxo de encaminhamento (materiais críticos e não críticos)  
para Apoio A Forças Destacadas no Exterior do Território  
Nacional



- (a) Os fornecimentos são concentrados na Unidade Organizadora, ou em outra Unidade a designar, para posterior envio para a Zona de Acção da Unidade.
- (b) A Chefia dos Serviços de Transporte acciona o envio através da via mais adequada.

## ANEXO P – DEFINIÇÕES

### **LEAD NATION (LN):**

“One nation, based on capabilities, agrees to assume the responsibility for procuring and providing a broad spectrum logistic support for all or a part of the multinational force and/or HQs.”

### **ROLE SPECIALIST NATION (RSN):**

“One nation assumes the responsibility for procuring a particular class of supply or services for all or a part of the multinational force.”

### **MULTINATIONAL SUPPORT ARRANGEMENTS (MSAs):**

“They should ease the individual logistic burden and enhance the overall logistic efficiency and economy.”

### **COMMONLY FUNDED LOGISTIC RESOURCES:**

“These include those assets which have been identified as eligible for common funding and for which funds have been made available.”

### **AIRCRAFT CROSS-SERVICING:**

“This is defined as services performed on an aircraft by an organisation other than that to which the aircraft is assigned, according to an established operational aircraft cross-servicing requirement, and for which may be a charge.”

**LOCAL CONTRACTING:**

“Contracting of support for NATO forces will be used by the NATO commander and nations where the use of commercial contracts supports the military mission, is economic and keeps military assets available for higher priority tasks.”

**MULTINATIONAL INTEGRATED LOGISTIC UNIT (MILU):**

“Two or more nations agree to provide logistic assets to a multinational force under operational control of a NATO commander for the logistic support of a multinational force.”

**HOST NATION SUPPORT(HNS):**

“Civil and military assistance rendered in peace and war by a host nation to allied forces and NATO organisations which are located or in transition through the host nation’s territory.”

(ESTAS DEFINIÇÕES ESTÃO TODAS NO “ NATO LOGISTIC HANDBOOK”.)

**Interoperabilidade 1**

Entende-se por interoperabilidade a capacidade dos sistemas, unidades ou forças fornecerem ou receberem serviços de outros sistemas, unidades ou forças, e de utilizarem esses serviços por forma a permitir que operem eficazmente em conjunto.

A interoperabilidade, para além de ser vantajosa para as forças OTAN no seu conjunto, aumenta a capacidade de cada nação de sustentar as suas próprias forças, dado que podem obter uma sustentação adicional das outras nações e assim remediar as faltas no sistema logístico nacional.

Existe um vasto conjunto de STANAGs em vigor que permitem obter abastecimentos por esta via.

Contudo, para que a interoperabilidade seja eficaz, tem que haver ainda uma

---

<sup>1</sup> A. O. Gonçalves Ramos, A Interoperabilidade dos Sistemas C3 na Logística das Forças Multinacionais, in Boletim do IAEM, nº 31/ Maio94



compreensão comum do que é pedido e da prioridade com que é feito. No que diz respeito aos sobresselentes, essa compreensão é assegurada pelo desenvolvimento de uma "lista comum de referências" (CUIL). O processo "CUIL" prescreve a identificação dos sistemas de armas utilizados por mais de um país. A agência OTAN encarregada da Manutenção e do Aprovisionamento (NAMS), tem vindo a desenvolver, em coordenação com as nações que utilizam este processo, um sistema de referências cruzadas que identificam cada componente por todos os utilizadores deste sistema de armas. A existência deste sistema por cada arma comum permite às nações da OTAN efectuarem pedidos de fornecimento de sobresselentes aos seus aliados, na certeza de que compreenderão quais os sobresselentes pedidos. As munições e os combustíveis, dada a sua facilidade de identificação, não trazem qualquer problema no que a esta matéria diz respeito.

### **STANAGs relativos à interoperabilidade**

As orientações relativas à interoperabilidade, no que concerne aos sistemas C2 e logísticos, estão descritos em diversos STANAGs.

O STANAG 2128 define os procedimentos standardizados sobre: permuta, a todos os níveis do Teatro de Operações de aparelhos médicos e de cirurgia dentária não consumíveis necessários para acompanhar os pacientes durante a sua evacuação; a utilização do sistema métrico de pesas e medidas para informações de dosagem existentes nas etiquetas dos produtos médicos.

O STANAG 2034 standardiza os procedimentos das forças terrestres relativos à apresentação de necessidades, fornecimento, recepção, embalagem e documentação dos produtos fornecidos durante transacções de aprovisionamento internacionais em tempo de paz e de guerra.

O STANAG 2361 fornece uma lista de produtos médicos consumíveis por características funcionais ou categoria terapêutica, passíveis de troca entre as forças da OTAN.

O STANAG 2381 trata da interoperabilidade e do apoio às forças terrestres da OTAN no que diz respeito às munições.

O STANAG 2386 (projecto) fornece orientações aos logísticos das nações OTAN respoitantes à recolha e ao tratamento de dados logísticos de sistemas de armas seleccionados. O objectivo é produzir matrizes de interoperabilidade relativas aos equipamentos e aos sistemas de armas OTAN, identificando os pontos comuns dos materiais a colocar sobre o terreno pelas nações participantes. Estas matrizes favorecem a interoperabilidade, a intermutabilidade e a possibilidade de substituição dos materiais.

Os STANAGs 5621 e 5500 definem os "interfaces standards" comuns, relativos à interoperabilidade dos sistemas informatizados de apoio ao combate das forças terrestres e das operações interaliadas, entre os comandantes de diversas nacionalidades e os Comandantes nacionais e da OTAN.

tivos à interoperabilidade dos sistemas informatizados de apoio ao combate das forças terrestres e das operações interaliadas, entre os comandantes de diversas nacionalidades e os Comandantes nacionais e da OTAN.

ANEXO XXXX – APOIO LOGÍSTICO ACTUALMENTE

Pedidos Logísticos

